

## **TRIPALIUM: O trabalho como maldição, como crime e como punição**

**Eduardo Antonio Bonzatto**  
**Doutor em História Social**

**TRABALHO: do latim, TRIPALIUM, instrumento de tortura, consiste num gancho de três pontas, cuja função é a evisceração ou a retirada e exposição das tripas, região de intensa dor e de lenta agonia. Foi criado e utilizado durante a Inquisição.**

**“A liberdade pelo trabalho”  
 Placa no portão do campo de concentração de extermínio de Auschwitz**

**Suas técnicas e antes de tudo suas armas de fogo  
 garantindo-lhes sobre os povos munidos de arcos e  
 de clavas uma fácil, esmagadora e duradoura superioridade.  
 Febvre, 2009, p.327.**

Dizem que não há nada mais dolorido que a ferroada de uma Tucandeira, uma formiga amazônica também conhecida como Tangarana.

Existem sempre duas ou mais versões sobre quaisquer assuntos. O trabalho, essa quase unanimidade, tem também pelo menos dois lados.

Todos aqueles que o apreciam, que acreditam que ele enobrece o homem, que é parte fundamental da vida, pois afinal, todos precisam mesmo trabalhar, concebem seus primórdios semânticos da palavra latina “lavoro”, donde laborar, classes laboriosas, etc.

Essas pessoas acreditam basicamente que é pelo trabalho que o homem sobreviveu à noite do tempo.

A esses, contudo, devo apontar uma diferença básica e fundamental: durante muitos séculos, entre os indígenas que ainda hoje plantam, colhem, caçam, pescam, a sobrevivência esteve ligada a atividades de sentido. Todas as tarefas eram realizadas como parte integrante da vida, com festas para o plantio, para as colheitas, com cerimoniais para as grandes caçadas e para as pescarias coletivas.

Jacques Lizot afirmava que “o desprezo dos Yanomami pelo trabalho e o seu desinteresse por um progresso tecnológico autônomo é certo”<sup>1</sup>.

Tais atividades tinham diferentes sentidos. Se implicavam na sobrevivência do grupo, fortaleciam laços de solidariedade e de comunhão com os outros e com a natureza, fazendo desses grupos verdadeiras morfogêneses naturais, sem separação, sem ruptura.

---

<sup>1</sup> Clastres, P. A sociedade contra o Estado. São Paulo, Cosac& Naify, 2003, p.214.

Por milhares de anos essas redes existiram com o planeta e não a despeito dele. Ainda hoje, comunidades remanescentes de quilombos são perfeitamente sustentáveis com uma auto organização equilibrada.

Para construir as pirâmides de Teotihuacán, no México, para preparar os canteiros de arrozais de Ibagué, nas Filipinas, os homens não tiveram nenhuma necessidade de ferramentas manipuláveis. A cúpula de São Pedro, de Roma, e os canais de Angkor Vat foram construídos sem bulldozers, só à força de braços. Os generais de César recebiam as notícias através de ginetes, os Fugger e os chefes incas utilizavam estafetas; até ao século XVIII, as galeras da república de Veneza e todos os mensageiros percorriam pelo menos 120Km por dia. O exercito de Napoleão deslocava-se sempre com a mesma lentidão que o de César. A mão ou o pé impeliam a bobina ou o torno, a roda de oleiro ou a serra de madeira. A energia metabólica do homem alimentava a agricultura, o artesanato e a guerra. A engenhosidade do indivíduo canalizava a energia do animal para certas tarefas sociais. Os poderosos da Terra não controlavam outra energia além daquela que forneciam, de bom grado ou à força, os seus próprios súditos<sup>2</sup>.

Todo o fazer não pode ser separado da vida conjunta dessas pessoas e esse fazer, muitas vezes, é sazonal e extremamente variegado.

Pierre Bordieu investigou mais detalhadamente as atitudes dos camponeses cabilas (na Argélia) com relação ao tempo em anos recentes: “Uma atitude de submissão e de indiferença imperturbável em relação à passagem do tempo, que ninguém sonha em controlar, empregar ou poupar...A pressa é vista como uma falta de compostura combinada com ambição diabólica”. O relógio é às vezes conhecido como ‘a oficina do diabo’; não há horas precisas de refeições; ‘a noção de um compromisso com hora marcada é desconhecida; eles apenas combinam de se encontrar ‘no próximo mercado’. Uma canção popular diz: *é inútil correr atrás do mundo, ninguém jamais o alcançará.*” (Thompson, E.P. COSTUMES EM COMUM. São Paulo, Cia das Letras, 1998. p.270)

Todavia, num determinado momento, houve uma ruptura nas relações entre os homens e entre eles e a natureza. O agricultor “labora”; o mineiro “trabalha”:

No fim da Idade Média, o antigo sonho do alquimista de fabricar um homúnculo em laboratório tomou pouco a pouco a forma da criação de robots para trabalharem em vez do homem e da educação do homem para trabalhar ao seu lado. Esta nova atitude perante a atividade produtiva refletiu-se na introdução de uma nova palavra. Tripaliare significava “torturar sobre o trepaliu”, mencionado no século VI como uma armação construída por três troncos, suplício que substituiu o da cruz no mundo cristão. No século XII, a palavra trabalho significava uma experiência dolorosa. Foi preciso esperar até o século XVI para se poder utilizar a palavra trabalho em vez de obra ou de labor. À obra (poiesis) do homem artista e livre, ao labor (poneros) do homem pressionado por outro ou pela natureza, acrescentou-se então o trabalho ao ritmo da máquina. Seguidamente, a palavra trabalhador deslocou o seu sentido para agricultor e operário. No fim do século XIX, os três últimos termos mal se distinguiam entre si<sup>3</sup>.

Aí, o trabalho passou a significar submissão de homens a outros homens e passou a não fazer mais sentido para a vida. A esse trabalho, cuja tradição genealógica é oriunda da

<sup>2</sup> Illich, Ivan. A convivencialidade. Lisboa, Europa América, 197, p.45.

<sup>3</sup> Illich, Ivan. Op.cit., p.49.

palavra também latina “tripalium”, um instrumento de tortura inquisitorial, alguns homens atribuem uma conotação de sofrimento e dele querem separação. Tentar testemunhar seu aparecimento é a proposta deste ensaio.

No seu livro *The Myth of the Machine: The Pentagon of Power*, Lewis Mumford sublima as características específicas que converteram a atividade mineira em protótipo das formas ulteriores de mecanização: “...indiferença para com os fatores humanos, a poluição e a destruição do ambiente, o acento posto no processo físico-químico com vista a obter o metal ou o carburante desejado e, sobretudo, o isolamento geográfico e mental do universo do agricultor e do artesão, do mundo da Igreja, da Universidade e da Cidade. Pelo seu efeito destrutor sobre o meio ambiente e pelo seu desprezo pelos riscos impostos ao homem, a atividade mineira aproxima-se muito da atividade guerreira – tal como a guerra, a mina produz com frequência um tipo de homem duro e digno, habituado a enfrentar o perigo e a morte (...), o soldado no seu melhor aspecto. Mas o animus destrutor da mina, o seu sinistro afã, a sua aura de miséria humana e a degradação da paisagem, tudo isto é transmitido pela atividade mineira às indústrias que lhe utilizam a produção. O custo social ultrapassa largamente o benefício mecânico”<sup>4</sup>.

No interior dos grupos, um outro movimento vinha operando sensíveis mudanças. Afinal, não se pode cultivar o amor ao poder sem antes experimentar a servidão. Nesse aspecto, compreende-se a função que a escola exerce sobre a criança, pois a escola é onde mais se prega a obediência em nome do mais “nobre” dos produtos: o conhecimento.

A transmissão dos valores e dos conhecimentos e a socialização da criança, não eram nem asseguradas nem controladas pela família. Durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças a convivência da criança ou do jovem com os adultos. A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade.

Contudo, um sentimento superficial da criança - "paparicação" era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida.

As pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria.

Quando ela conseguia superar os primeiros perigos e sobreviver ao tempo da "paparicação", era comum que passasse a viver em outra casa que não a de sua família. Essa família se compunha do casal e das crianças que ficavam em casa.

A família não tinha função afetiva. Isso não quer dizer que o amor estivesse sempre ausente. As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas fora da família, composto de vizinhos, amigos e criados.

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente. A criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças, ao qual se dá o nome de escolarização.

A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se exprimiu sobretudo através da importância que se passou a atribuir a educação. Não se tratava mais apenas de estabelecer os filhos em função dos bens e da honra. Tratava-se de um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos de seus filhos e os acompanhavam com uma solicitude habitual nos séculos XIX e XX.

---

<sup>4</sup> Ilchi, Ivan. Convivencialidade. P. 48-9

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perde-la ou substituí-la sem uma enorme dor e se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela<sup>5</sup>.

Como um problema, tomemos uma interpretação positiva da chamada Revolução Industrial.

- Crise do Antigo Regime: a revolução inglesa do século XVII (revolução puritana de 1640 e revolução gloriosa de 1688)
- A revolução puritana foi o resultado da luta entre a burguesia e a realeza pelo controle político do país

---

<sup>5</sup> Ariès, Philippe. História Social da Criança e da Família. Parte I.

- Elisabeth morre em 1603 sem deixar herdeiros;
- Jaime I, rei da Escócia, assume o trono;
- Conspiração da Pólvora (1605) para explodir o Parlamento (V de Vingança);
- Morre Jaime I e assume Carlos I;
- Ship Money, impostos sobre cidades portuárias;
- Imposição do anglicanismo;
- Longo Parlamento (1640-1653);
- O rei perde seu exército permanente;
- Guerra civil;
- Carlos I refugia-se na Escócia, é preso e vendido ao parlamento inglês;
- É decapitado em 1649, abolida a Câmara dos Lordes e proclamada a República;
- Cromwell elimina os cavadores e os niveladores;
- Baixa o Ato de Navegação;
- Morre em 1658; assume Carlos II em 1660
- Surgem dois partidos: whigs, contra o rei e pró-parlamento e tories, defensores das prerrogativas reais;
- Assume Mary Stuart, convocada pelo parlamento;
- Cria-se a Declaração de Direitos (1689);
- 1694 fecha-se o ciclo da dominação burguesa: 1. funcionários passam a dirigir o tesouro; 2. parlamento dá o trono a quem for conveniente; 3. cria-se o Banco da Inglaterra.
- Estão dadas as condições para a revolução industrial: uma revolução na agricultura através dos cercamentos beneficia a gentry (burguesia rural); expansão comercial e marítima pelo ato de navegação; controle total do estado pela burguesia.

Nessa perspectiva, domínio político pela burguesia, a convergência de capitais, recursos naturais, mão de obra em abundância, mercado e transformações técnicas possibilitaram a revolução industrial:

1760 – 1850: só na Inglaterra. Produção têxtil e energia a vapor.

1850 – 1900: Bélgica, França, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão, Rússia. Ferrovias e bens de consumo.

Como fragmento seguinte, utilizo trecho de Thomas Paine, para que tenhamos subsídios para uma interpretação que visa apontar o processo de dominação em movimento e sobretudo o aparecimento dessa outra forma de trabalho:

É fácil imaginar que um grupo de indivíduos interessados, como os beneficiários de cargos, os comissionados, os lords de dormitórios, os lords de cozinha, os lords caseiros e os lords de Deus sabe o quê, podem encontrar tantas razões em favor da monarquia, como as que explicam seus cargos pagos às expensas do país; mas se eu pergunto ao granjeiro, ao mercador, ao comerciante e a todos os que trabalham, até o simples operário, para que lhe serve a monarquia, não saberão responder-me. Se lhes pergunto o que é a monarquia, acreditam ser algo parecido com uma sinecura. (Thomas Paine, *Os direitos do homem*, 1791). (comparar com o *Discurso da Servidão Voluntária*, de La Boetie)

Note-se que o “simples operário” está na parte mais inferior do diagrama.

Todos esses que naturalizam o trabalho “lavoro” insistem em apontar os cercamentos ingleses como sendo um momento na transmissão energética que agudizou as relações do

trabalho como opressão que, no entanto, já vinha desde sempre, desde os escravos gregos, desde os escravos egípcios, desde os escravos romanos, desde os servos medievais.

Os cercamentos ainda não estavam completados em meados do século XVIII. Embora positivo-os, Hobsbawm reconhece sua permanência:

Um bocado de resquícios, verdadeiras relíquias da antiga economia coletiva do interior, ainda estava para ser removido pelos Decretos das Cercas (*Enclosure Acts*) e as transações particulares, mas quase praticamente não se podia falar de um “campeinato britânico” da mesma maneira que um capesinato russo, alemão ou francês<sup>6</sup>.

De fato, pelo movimento vibrante e violento daqueles tempos devemos discordar desta postura intelectual, presa, entende-se, na dinâmica positiva da história. Pois o tratamento dado pelo autor às “verdadeiras relíquias da antiga economia coletiva do interior” pressupõe essa linhagem opressiva medieval.

Aqui precisamos aprofundar um pouco esse recorte. Se é *economia coletiva do interior*, quero acreditar que é coletiva e é fruto de permanência em terras comunais, com sociabilidades difíceis até mesmo de se imaginar. Porém, não seriam sociabilidades feudais no sentido da servidão. Seriam mais bolsões de famílias extensas que nada deviam a um senhor.

Se houveram os cercamentos, ou seja, a devastação/privatização das terras comunais, algumas questões vêm a tona. Quanto da população dessa região representava esse contingente humano? Como viviam? Como foram deslocados? Por quais interesses? Qual teria sido sua reação?

Tais questões são importantes na medida em que tal situação aparece, na historiografia, como uma decisão de empreendedores que careciam de reserva de mão de obra para fazer mover as máquinas textéis.

Como primeira tentativa de um caminho, vamos apresentar a reação aos cercamentos.

Ampliamos a questão apresentando duas figuras sociais que aparecem nesse período e que podem nos garantir que a resistência foi brutal:

---

<sup>6</sup> Hobsbawm, E. A era das revoluções. Op.cit., p.47.

## NIVELADORES E CAVADORES

Para o partido dos presbiterianos a revolução estava concluída, já que o poder estava nas mãos do Parlamento, restando apenas um acordo com o rei. Já para as camadas populares, a revolução deveria avançar bem mais no plano social. Surgia assim um novo **partido, o dos “niveladores” (levellers), composto principalmente pela massa de camponeses e artesãos que reivindicavam sufrágio universal e a devolução das terras “cercadas” aos camponeses. Os soldados de Cromwell passam a apoiar os niveladores e o exército**, convertido em foco de propaganda revolucionária, foi dissolvido pelo Parlamento sob o pretexto de que a guerra havia terminado. (1645)

O MUNDO DE PONTA CABEÇA (1649)  
*Balada épica dos “diggers” (cavadores) “ingleses” em 1649. Os cavadores eram camponeses radicais que defendiam o fim (? O início?) da propriedade, da Igreja e do Estado monárquico. Quando eles se levantaram, o “mundo ficou de ponta cabeça”. Eram bons tempos, onde ficar de ponta cabeça significava uma mudança profunda na sociedade. Ou será que significava que estavam querendo mudar o imutável? Ponta cabeça hoje é se dar por conta de que para botar o pé no chão, tem que ter asas.*

Em 1649

Na colina de St. George

Um grupo de maltrapilhos chamados de “Cavadores”

Vieram para mostrar a vontade do povo

**Eles desafiaram os latifundiários**

**Eles desafiaram as leis**

**Eles eram os que não tinham nada**

**Reclamando pelo que era deles**

**Nós viemos em paz, diziam eles**

**Para cavar e semear**

**Nós viemos trabalhar a terra comum**

E para fazer a terra seca florir

**Essa terra dividida**

**Nós faremos ser uma só**

Para que então possa ser

Um tesouro comum para todos.

O pecado da propriedade

Nós desdenhamos

Ninguém tem o direito de comprar e vender

A terra para seu próprio ganho

Foi por roubo e matança

Que eles tomaram a terra

Agora em todos os lugares os muros

Erguem-se aos seus comandos.

Eles fazem as leis

Para nos bem aprisionar

E a Igreja nos confunde com o céu	Diante dos homens de propriedade
Ou então nos amaldiçoa com o inferno	As ordens vieram
	Eles mandaram os capangas e os soldados
Nós não vamos adorar	Para apagar com os desejos dos Cavadores.
O Deus que eles servem	
O Deus da cobiça que alimenta os ricos	Arrebetando com suas casas
Enquanto homens pobres passam fome	Destruindo o seu milho
	Eles foram dispersados
Nós trabalhamos, nós comemos juntos	Apenas sua visão prevalece
Não precisamos de espadas	
Não nos curvaremos para mestres	Pobres, tenham coragem
Ou pagaremos aluguel aos senhores	Ricos, tomem cuidado
	A terra foi feita como um tesouro comum
Nós somos homens livres	Para todos dividirem
Ainda que sejamos pobres	
Que todos os Cavadores se levantem para a glória	Todas as coisas em comum
Levantem-se agora	Todos por um
	Vimos em paz
	E a ordem veio para com eles acabar

Notem os negritos e os grifados. Tratam do mesmo fenômeno: a devolução das terras comunais. Além dos *levellers* e dos *diggers*, também os *ranter*s, grupo religioso panteísta e antinomista que também reagiu na mesma proporção, juntam-se os possíveis intercorrentes, aquelas situações que aparecem num certo momento e que não podemos deixar de reconhecer alguma ligação eventual tentadora.

Trata-se dos renegados que fugiram para a república moura de Salé, no atual Marrocos, mas também da fundação de um vasto espectro de zonas de autonomia para fora do mundo europeu e por europeus, tais como Libertária, em Madagascar, assim como Runter's Bay, também em Madagascar, Nassau, nas Bahamas, dentre tantos enclaves de bucaneiros, assim chamados justamente devido ao consumo do *boucan*, carne-seca defumada aos moldes dos carábas, como aliás já mostrou Hill<sup>7</sup>.

A crer no testemunho de um desses renegados. Vejamos duas descrições sobrepostas:

---

<sup>7</sup> Hill, Cristopher. *Radical Pirates, The Collected Essays of Cristopher Hill*, 1985.

Nossa única fonte para a Libertária e seu fundador, o capitão Mission, é um livro escrito por Daniel Defoe sob o pseudônimo literário de “capitão Charles Johnson”, *The General History of the Pyrats* (1724-1728).

Filho mais novo de uma antiga família provençal, Mission sai de casa aos 15 anos para estudar na academia militar de Argel, e depois se apresenta como voluntário para trabalhar a bordo de um navio de guerra francês no Mediterrâneo. Durante uma licença em Roma, ele conhece um frade dominicano “lascivo” chamado Caraccioli, que perdera a fé e decidira embarcar e partir com Mission. Em uma batalha contra um pirata, os dois se distinguem por bravura. Aos poucos, Caraccioli converte Mission ao ateísmo e ao comunismo, ou mais exatamente ao “perfeito deísmo”.

Então, em uma batalha contra um navio inglês, o capitão e os oficiais franceses são mortos. Caraccioli nomeia Mission para o posto de capitão, e os dois fazem longos discursos para a tripulação, convencendo-os de seus propósitos revolucionários. Eles convencem a tripulação a fundar uma “nova república marítima”. “Todos os homens nascem livres, e têm tanto direito ao que os sustenta quanto ao ar que respiram”.

O contramestre, Mathew Le Tonder, sugere hastear a bandeira preta (chamada de Jolly Roger como estandarte – mas Caraccioli é contra, dizendo que “não eram piratas, mas homens que estavam decididos a levar a cabo a liberdade que Deus e a Natureza lhes tinham dado”<sup>8</sup>.

Mas se esse movimento era uma forma de resistência, segue a pergunta: resistência a quê?

Ao fenômeno do cercamento. Isso. Mas ele teria sido um decreto?

A outra ponta que pode revelar a brutalidade do processo é a chamada LEI NEGRA DE 1720-1723<sup>9</sup>:

O Estado britânico, concordavam todos os legisladores do século 18, existia para preservar a propriedade e, incidentalmente, as vidas e liberdades dos proprietários. Mas existem várias maneiras de se defender a propriedade, e em 1700 ela ainda não estava cercada de leis capitais por todos os lados. Ainda não era corriqueiro que, a cada sessão, o legislativo atribuísse a pena de morte a novos tipos de delito. (p.21)

Note-se que ainda em 1700 a questão da propriedade privada tampouco estava resolvida, embora o papel do estado fosse o de preservar a propriedade. Essa é uma questão importante, pois, a contrapelo fica evidente o caráter inaugural dessa coisa chamada propriedade privada.

O problema dessa instancia inaugural está justamente na incomum circunstância de revestir tal procedimento de penas capitais. Portanto ela, a propriedade, existe em lugares e momentos restritos. Sua ampliação fará emergir toda uma legislação capital para que aqueles que não entendem as fronteiras abstratas da propriedade passem pedagogicamente a reconhecê-las, pela força da morte.

<sup>8</sup> Wilson, Peter Lamborn. *Utopias Piratas*. São Paulo, Conrad, 2001, p.176-7.

<sup>9</sup> Thompson, E.P. *SENHORES E CAÇADORES*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

A lei negra, nesse sentido, é um código completo, pensado para erradicar da percepção a noção de terras comunais.

Difícilmente existe um ato criminoso que não tenha sido incluído nas disposições da Lei Negra; delitos contra a ordem pública, contra a administração do direito penal, contra a propriedade, contra a pessoa, danos dolosos à propriedade em graus variados – todos incorriam nessa lei e todos eram passíveis de pena de morte. Assim, a lei em si mesma constituía um código penal completo e extremamente severo. (p.23)

O fenômeno da emergência começava a ser enfrentado com o poder.

Se falamos em crimes contra a propriedade, em sua gênese esses crimes não poderiam referir-se a algo já instituído. Explico-me: como se pode imputar a alguém a veste de um crime contra a propriedade se este não compreende o conceito de propriedade privada?

É preciso interferir numa rotina compreensível para que tal ocorra. Do contrário, seria como indagar coisas de um universo conceitual que não pode ser compartilhado por todos.

O principal conjunto de infrações era a caça, ferimento ou roubo de gamos ou veados, e a caça ou pesca clandestina de coelhos, lebres e peixes. Eram passíveis de morte se os infratores estivessem armados e disfarçados, e, no caso dos cervos, se os delitos fossem cometidos em qualquer floresta real, estivessem os delinquentes armados e disfarçados ou não. (p.22)

Aqui opera-se no universo comum: a caça, o disfarce (a pintura do rosto com betume negro, daí o nome de Lei Negra) e as armas. Essa singularidade faz com que todos aqueles a quem a lei deveria punir entendam que a proibição da caça, do disfarce e das armas, instrumentos de sobrevivência de todo um grupo social, os florestanos, devesse ser obedecida, sob pena de morte.

Mas isso significa a fome, já que a caça é base alimentar desses florestanos.

A caça ilícita (sic) sempre fora endêmica em qualquer área florestal e, sem dúvida, era tão velha quanto a própria floresta. O enegrecimento ou disfarce era empregado há muito tempo pelos caçadores clandestinos. Raramente se poderia pegar furtivamente um cervo (como no caso do faisão, lebre ou salmão), e o disfarce era a primeira proteção do caçador clandestino.

(...)

Em 1485, a caça disfarçada ou noturna aos cervos se converteu em crime. Mas essa lei se anulou com os julgamentos legais humanitários durante o reinado de Elizabeth. É a primeira lei que foi feita para converter em crime qualquer caça, contra aquela excelente e equânime extensão da carta da floresta (pela qual ninguém poderia ser executado ou mutilado por matar um animal selvagem): ‘Os velhos estatutos referentes às florestas são chamados de boas e velhas leis e costumes e, portanto, essa nova disposição rigorosa demais a favor de animais que sejam *faerae natura*, de onde não pode haver nenhum crime pelo direito costumeiro, e, portanto, os juízes realizaram uma interpretação favorável’. A lei foi aplicada no século XVII, e a tentativa de desenterrá-la nas Proclamações de 1720 e 1723 indica a inversão de uma tendência à clemência há muito tempo defendida (p.68-9).

Duas questões devem ser destacadas. A primeira, o equívoco que o autor comete ao denominar de caçadores clandestinos às velhas tradições florestanas. Se são velhas e se, ao que tudo indica, a caça é a base alimentar dessas comunidades, não poderiam seus agentes operarem por longo tempo de forma clandestina.

Todavia, em inícios do século XVIII, essas leis passam a ser aplicadas com severidade. Certamente não é pela escassez de *feroe natura*, mas para cortar a principal fonte de alimento de grupos agora indesejáveis.

Esses negros não eram absolutamente bandidos sociais e tampouco rebeldes rurais, mas apresentaram alguns traços de ambos os tipos. São florestanos armados, impondo a definição de direitos a que a gente do campo se habituara, e também resistindo aos parqueamentos privados que usurpavam suas terras cultivadas, sua lenha para combustível e seus pastos. (p.77)

E resistiram como? Pelo menos duas formas de resistência: os niveladores e cavadores.

Não poderemos avaliar a contento quanto custo humano foi dispensado para que as terras comunais fossem desfeitas. Imagino que a maior parte das pessoas que viveram aqueles dias tão obscuramente terríveis viveram as realidades comunais e jamais ouviram falar de reis ou de Inglaterra até que a lei negra lhes pôs a mão. Ou, o mais provável, só ouviram a voz do poder quando eram convocados para ingressar nas fileiras de guerra, solicitados pelo rei, fonte de pilhagem e de oportunidades extras de sobrevivência.

A forma de execução da lei negra era o enforcamento, no local do “crime”, ou seja, da caça, da posse de armas, do rosto pintado.

O espetáculo de corpos pendurados em seus quintais coletivos deve ter sido, durante um bom tempo, incompreensível. Por que, caralhos, estão fazendo isto? Por quê interromper com um modo de vida em tudo equilibrado e duradouro? Enfim, por que cercar as consciências?

É de se notar um ponto: o elevado número de delitos (mais de 60%) cometidos não contra as prerrogativas reais na floresta, mas contra os nobres e fidalgos com propriedade privada. (p.102)

Terras que até mui recentemente eram comunais? E agora são privadas! Por essa época, Thomas More (1478-1535) escreve na *Utopia*<sup>10</sup> (1516): “Você primeiro faz os ladrões, depois os castiga”.

---

<sup>10</sup> Alias, seria oportuno lembrar que pela mesma época existiram outras utopias renascentistas: *Cidade do Sol*, de Tommaso de Campanella (1568-1639) e *Nova Atlântida*, de Francis Bacon (1561-1626) cuja função consistia numa primeira substituição da *cidade de Deus* de Santo Agostinho para a cidade enunciada como promessa pelo novo discurso da ciência que se imiscuia no discurso religioso, sob o

Não podemos absolutamente negligenciar este movimento, causa forçada da urbanização e exigência fundamental para o chamado excedente de mão-de-obra. A opção interpretativa, embora cínica, seria imaginarmos as fábricas inglesas ostentando ridículas plaquinhas de “precisa-se de operários” nas portas.

Os cercamentos, aqui, devem ser entendidos em sua extensão simbólica: são as ocorrências da Inglaterra e da Lei Negra, mas são igualmente aquelas exemplificadas no texto “o grande massacre dos gatos”. Genericamente, trata-se da erradicação de sociabilidades comunais, sejam elas, corporações de ofício, terras comunais, *compagnon*, bando, comunas, direito consuetudinário, *adeia*, vila, povoado, enfim, comunidades de sentido.

Marx demonstra que o processo dos *enclosures*, campos fechados por sebes ou cercas, avançara até o século XIX:

A propriedade comunal — sempre distinta da propriedade do Estado que acaba de ser considerada — era uma instituição vetero-germânica, que sobrevivia sob o manto da feudalidade. Vimos como a sua usurpação pela força, na maior parte das vezes acompanhada pela transformação da terra de cultivo em pastagem, começa no fim do século XV e continua no século XVI. Mas, nessa altura, o processo completou-se como acto violento individual, contra o qual a legislação há 150 anos que luta em vão. O progresso do século XVIII revela-se em que, agora, a própria lei se torna veículo do roubo da terra do povo, apesar de os grandes rendeiros também aplicarem juntamente os seus pequenos métodos independentes privados.

A forma parlamentar do roubo é a das «*Bills for Inclosures of Commons*» (leis para a vedação de terrenos comunais), por outras palavras, decretos pelos quais os senhores da terra oferecem a si próprios terra do povo como propriedade privada, decretos da expropriação do povo. Sir [F. M. Eden](#) refuta o seu pleitear manhoso de advogado em que procura apresentar a propriedade comunal como propriedade privada dos grandes proprietários fundiários que tomaram o lugar dos feudais, uma vez que ele próprio reclama uma «lei geral do Parlamento para a vedação de terrenos comunais» e, portanto, admite que é preciso um golpe de Estado parlamentar para a sua transformação em propriedade privada, mas, por outro lado, reclama da legislatura uma «indenização» para os pobres expropriados.

Enquanto para o lugar dos *yeomen* independentes entravam *tenants-at-will* — pequenos rendeiros com rescisão anual, um bando servil e dependente do arbítrio do senhor da terra —, o roubo sistematicamente cometido, designadamente da propriedade comunal, juntamente com o roubo dos domínios do Estado, ajudou a engrossar aquelas grandes quintas, a que, no século XVIII, se chamou quintas de capital ou quintas de comerciante e a «libertar» o povo do campo como proletariado para a indústria.

O século XVIII, contudo, ainda não concebe, na mesma medida do que o século XIX, a identidade entre riqueza nacional e pobreza do povo. Daí a polémica mais veemente na literatura económica daquele tempo acerca da «*inclosure of commons*». Do material em massa que tenho perante mim, dou algumas passagens, porque, assim, as situações são ilustradas de um modo vivo.

«Em várias paróquias do Hertfordshire», escreve uma pena indignada, «24 quintas, no montante em média de 50-150 acres, foram fundidas em três quintas». «No Northamptonshire e Leicestershire, a vedação de terras comunais teve lugar numa escala

---

resgate das primeiras traduções de *A República* de Platão na modernidade. Mas igualmente acenava para o acolhimento que a danação da destruição das terras comunais compeliavam homens e mulheres às cidades para outra esfera de sofrimentos inimagináveis.

muito grande, e a maior parte dos novos senhorios [*lordships*] resultantes da vedação foi transformada em pastagem, em consequência do que muitos senhorios em que anteriormente eram lavrados 1500 acres não têm agora 50 acres lavrados anualmente. As ruínas de antigas moradias, celeiros, estábulos, etc», são os únicos vestígios dos antigos habitantes. «Uma centena de casas e famílias em algumas aldeias de campo aberto... minguou para oito ou dez... Os detentores de terra na maior parte das paróquias que foram vedadas apenas há 15 ou 20 anos são muito poucos em comparação com o número dos que as ocupavam no seu estado de campo aberto. Não é uma coisa fora do comum 4 ou 5 ricos criadores de gado açambarcaram um grande senhorio vedado que antes estava na mão de 20 ou 30 lavradores e outros tantos rendeiros e proprietários mais pequenos. Estes todos são, por este fato, atirados para fora do seu modo de vida, com as suas famílias e muitas outras famílias que eram principalmente empregues e sustentadas por eles»

Não era apenas terra inculta, mas, frequentemente, terra cultivada comunitariamente ou mediante um determinado pagamento à comuna, que, a pretexto da vedação, era anexada pelo senhor da terra limítrofe.

«Tenho aqui em vista vedações de terras e campos abertos já cultivados. É reconhecido, mesmo pelos escritores que defendem as vedações, que estas diminuem as aldeias, aumentam os monopólios das quintas, sobem os preços das provisões e produzem despovoamento... e mesmo a vedação de terras incultas (como atualmente prossegue) pesa muito sobre os pobres, privando-os de uma parte da sua subsistência e apenas vai no sentido de aumentar quintas já muito grandes». «Quando», diz o [Dr. Price](#), «esta terra for parar às mãos de poucos grandes rendeiros, a consequência será que os pequenos rendeiros» (antes designados por ele como «uma multidão de pequenos proprietários e rendeiros [*tenants*] que se mantêm a si próprios e às famílias com o produto da terra que ocupam, com carneiros criados em comum, com aves de capoeira, porcos, etc, e que, por conseguinte, têm pouca ocasião de comprar qualquer dos meios de subsistência») «serão convertidos num corpo de homens que ganham a sua subsistência trabalhando para outros e que estarão na necessidade de ir ao mercado para tudo o que quiserem... Haverá talvez mais trabalho, porque haverá mais compêlimento a ele. As cidades e as manufaturas aumentarão, porque mais gente será conduzida para elas à procura de residência e de emprego. Este é o sentido em que a absorção de quintas naturalmente opera. E este é o sentido em que, há muitos anos, está efetivamente a operar neste reino»

Ele apreende o efeito total das *inclosures* deste modo:

«No geral, as circunstâncias das camadas mais baixas de homens são alteradas, sob quase todos os aspectos, para pior. De pequenos ocupantes de terra são reduzidos ao estado de trabalhadores-a-dias e estendidos; e, ao mesmo tempo, a sua subsistência em tal estado tornou-se mais difícil».

De fato, a usurpação da terra comunal e a revolução da agricultura que a acompanha atuam tão agudamente sobre os operários agrícolas que, segundo o próprio [Eden](#), entre 1765 e 1780, o seu salário começou a cair abaixo do mínimo e a ser complementado pelo socorro oficial aos pobres. O seu salário, diz ele, «não era mais do que o bastante para as absolutas necessidades da vida»<sup>11</sup>.

Enquanto isso, no interior dos grupos se erigia o conceito de criança:

#### **A Descoberta da Infância**

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. Por volta do século XIII, surgiram alguns tipos de crianças um pouco mais próximos do sentimento moderno.

Surgiu o anjo, representado sob a aparência de um rapaz muito jovem, de um jovem adolescente: Esse tipo de anjo adolescente se tornaria muito frequente no século XIV e persistiria ainda até o fim do quatrocento italiano.

O segundo tipo de criança seria o modelo e o ancestral de todas as crianças pequenas da história da arte: o menino Jesus, ou Nossa Senhora menina, pois a infância aqui se ligava ao mistério da

<sup>11</sup> Marx, Karl. O Capital. A chamada acumulação original. 2. A expropriação do povo do campo da terra.

maternidade da Virgem e ao culto de Maria. No início, Jesus era, como as outras crianças, uma redução do adulto: um pequeno Deus-padre majestoso.

Um terceiro tipo de criança apareceu na fase gótica: a criança nua. O menino Jesus quase nunca era representado despido. Na maioria dos casos, aparecia, como as outras crianças de sua idade, castamente enrolado em cueiros ou vestido com uma camisa. Ele só se desnudaria no final da Idade Média. Na arte medieval francesa, a alma era representada por uma criancinha nua e em geral assexuada.

No grupo formado por Jesus e sua mãe, o artista sublinharia os aspectos graciosos, ternos e ingênuos da primeira infância; a criança procurando o seio da mãe ou preparando-se para beijá-la ou acariciá-la; a criança brincando com os brinquedos tradicionais da infância, com um pássaro amarrado ou uma fruta; a criança sendo enrolada em seus cueiros. Todos os gestos observáveis eram reproduzidos.

Timidamente a infância religiosa deixou de se limitar à infância de Jesus. Surgiu em primeiro lugar a infância da Virgem, que inspirou ao menos dois temas novos e frequentes: o tema do nascimento da Virgem e o tema da educação da Virgem. Depois, surgiram as outras infâncias santas: a de São João, o companheiro de jogos do menino Jesus, a de São Tiago, e a dos filhos das mulheres santas, Maria-Zebedeu e Maria Salomé.

No século XV surgiram dois tipos novos de representação da infância: o retrato e o putto. A criança, como vimos, não estava ausente da Idade Média, ao menos a partir do século XIII, mas nunca era o modelo de um retrato, de um retrato de uma criança real, tal como ela aparecia num determinado momento de sua vida.

Não se pensava, como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem. Essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época. Persistiu até o século XIX, no campo, na medida em que era compatível com o cristianismo, que respeitava na criança batizada a alma imortal. A criança era tão insignificante que não se temia que após a morte ela voltasse para importunar os vivos.

O aparecimento do retrato da criança morta no século XVI marcou portanto um momento muito importante na história dos sentimentos.

Esse retrato seria inicialmente uma efígie funerária. A criança no início não seria representada sozinha, e sim sobre o túmulo de seus pais. Os registros de Gaignières mostram a criança bem pequena e ao lado de sua mãe, ou então aos pés de seus pais. Esses túmulos são todos do século XVI: 1503, 1530 e 1560.

Era um hábito piedoso oferecer às igrejas um quadro ou um vitral, e, no século XVI, o doador costumava fazer-se representar com toda a sua família. Nas igrejas alemãs, podemos ver ainda, pendurados nas pilastras ou nas paredes, numerosos quadros desse gênero, que são, de fato, retratos de família.

Já no fim do século XVI, os registros de Gaignières apontam túmulos com efígies de crianças isoladas: um deles data de 1584 e o outro, de 1608. A criança é representada com o traje peculiar à sua idade, de vestido e touca.

Afora as efígies funerárias, os retratos de crianças isoladas de seus pais continuaram raros até o fim do século XVI. Por outro lado, no início do século XVII, esses retratos se tornaram muito numerosos, e sentimos que se havia criado o hábito de conservar através da arte o aspecto fugaz da infância.

A criança agora era representada sozinha e por ela mesma: esta foi a grande novidade do século XVII.

Assim, embora as condições demográficas não tenham mudado muito do século XIII ao XVII, embora a mortalidade infantil se tenha mantido num nível elevado, uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade<sup>12</sup>.

## Afinal, quais as causas prováveis dos cercamentos?

(...) se lhe oferecem trabalho, eles respondem que têm de ir cuidar das suas ovelhas, cortar tojo, tirar a vaca do curral, ou, talvez, dizem que têm de mandar ferrar o cavalo, para que ele possa levá-los a uma corrida de cavalos ou a uma partida de críquete (1773)

<sup>12</sup> Ariès, Philippe. História Social da Criança e da Família. Parte I.

“Ao perambular atrás de seu gado, ele adquire um hábito de indolência. Um quarto do dia, a metade do dia e às vezes os dias inteiros são imperceptivelmente perdidos. O trabalho diário se torna desagradável. (1795)

“Quando o trabalhador se torna dono de mais terras do que ele e a sua família conseguem cultivar à tarde, o fazendeiro já não pode depender dele para trabalho constante. (1800)” (Thompson, E.P. COSTUMES EM COMUM. São Paulo, Cia das Letras, 1998, p.285)

Esse trecho não trata dos florestanos que habitavam as terras comunais. Trata de todos aqueles que já possuíam um canto seu nos arredores das fazendas. Aqui é possível afirmar que, sem dominação não há exploração possível.

Pensem nos florestanos e nos habitantes das terras comuns, cujo contato com estes é esporádico e distante.

Pensar no apetite econômico dos proprietários é um caminho extravagante, já que era em tudo uma inovação esse comportamento, ainda que recuássemos um tempo razoável. Prefiro pensar no poder, essa prática que estava naquele cotidiano como um plasma de inveja e delírio, de cobiça e traição. Lembremos da Bíblia Inglesa e da Bíblia de Genebra em disputa pelas almas.

Pensem na economia, ou, como pensavam eles a economia até meados do século XVIII. Até então não se pensava ainda numa forma de economia política. Ouçamos este diálogo:

“‘Diga-me Critobulo’, perguntou Sócrates, ‘é a economia o nome de um saber como a medicina, a metalurgia ou a carpintaria?’

‘Assim penso eu’, foi a resposta.

‘Nós podemos definir o objeto de cada uma dessas artes; poderemos fazer o mesmo em relação à economia?’

‘Bem, compete ao homem instruído na economia a boa administração do patrimônio doméstico’.”

Com essas palavras o historiador Xenofonte iniciou o tratado *Oikonomikos*, um diálogo socrático redigido no século IV a.C. que procurava englobar todo o universo de atividades presentes na *oikos* (casa), dando conta das relações entre o senhor da casa, seus parentes próximos (esposa e filhos) e seus bens, como escravos e terras. Assim, o diálogo delimitava as qualidades morais que deveria ter o senhor no governo da *oikos*, firmando as obrigações recíprocas a serem obedecidas por esposo e esposa e as normas para o correto comando dos escravos. Com este tratado, Xenofonte, além de estabelecer um significado para o termo economia (a arte de bem governar a casa) que persistiu no Ocidente Europeu até meados do século XVIII, foi o primeiro autor de que se tem notícia a elaborar uma reflexão sistemática sobre a direção de uma exploração agrícola operada por escravos, e, ao fazê-lo, deu início a uma tradição que iria encontrar continuidade não só na Antiguidade Clássica, mas igualmente nos países da Europa Ocidental Moderna envolvidos no processo de colonização do Novo Mundo<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Marquese, Rafael de Bivar. *Administração e Escravidão*. São Paulo, Hucitec, 1999, p.19.

Em Birmingham, por essa mesma época, um variado grupo de senhores e senhoras reuniam-se com o declarado objetivo de mudar o mundo. Autodenominavam-se “sociedade lunar” e habitavam a Soho House. Não eram os únicos, contudo.

Aqui, a lâmina de Ocan<sup>14</sup> parece oferecer a melhor resposta.

Julgo que Foucault é o autor que oferece uma possibilidade interpretativa mais adequada nesta direção.

O direito de vida e morte, como é formulado nos teóricos clássicos, é uma fórmula bem atenuada desse poder. Entre soberano e súditos, já não se admite que seja exercido em termos absolutos e de modo incondicional, mas apenas nos casos em que o soberano se encontre exposto em sua própria existência: uma espécie de direito de réplica. Acaso é ameaçado por inimigos externos que querem derrubá-lo ou contestar seus direitos? Pode, então, legitimamente, entrar em guerra e pedir a seus súditos que tomem parte na defesa do Estado; sem “se propor diretamente à sua morte” é-lhe lícito “expor-lhes a vida”: neste sentido, exerce sobre eles um direito “indireto” de vida e morte<sup>15</sup>.

A chamada crise do Antigo Regime representou, em Inglaterra, uma complexa reconfiguração do poder, com permanências e rupturas tão sutis que precisamos de uma lupa para identificá-las. A morte de Elisabeth em 1603 foi o sinal para uma disputa real que passaria pelo chamado movimento de 1640, no qual o rei, Carlos I não poderia ter mais exército, desdobrando-se na república de Cromwell até a restauração da chamada Revolução Gloriosa e da guerra civil, em que todos os novos soberanos, a partir de então, deveriam aceitar a Declaração dos Direitos<sup>16</sup>, baixada em 1689, que poderia ser traduzida nesses poucos e fundamentais itens:

O rei não podia cancelar leis parlamentares e o parlamento poderia dar o trono a quem lhe aprovesse após a morte do rei; haveria reuniões parlamentares e eleições regulares; o parlamento votaria o orçamento anual; inspetores controlariam as contas reais; católicos foram afastados da sucessão; a manutenção de um exército em tempo de paz foi considerada ilegal<sup>17</sup>.

Para o que nos interessa, tais conflitos significavam uma ampliação do envolvimento de parte significativa do chamado “campesinato britânico”, ou seja, de todos aqueles que não faziam parte dessa história, já que nem mesmo ocasionalmente ou somente assim eram requeridos para a defesa real.

---

<sup>14</sup>Lâmina de Ocan: dentre um conjunto de explicações possíveis para um fenômeno, há sempre a possibilidade de que a mais simples seja a correta ou a mais provável.

<sup>15</sup> Foucault, M. História da Sexualidade. Vol 1. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p.127.

<sup>16</sup> Aqui tem início a estratégia do Direito como Poder.

<sup>17</sup> Arruda, J.J. de A. & Piletti, N. Toda a História. São Paulo, Ática, 1996, p.177.

Poderíamos identificar esse número não sabido de seres humanos que habitavam as florestas, as aldeias e as vilas como um “lumpen” à disposição de reis oportunistas, na visão do parlamento, claro.

Por mais de trezentos anos, os reis haviam deixado sua marca com seus dois corpos, sua divindade encarnada. Não seriam esquecidos tão rapidamente como queriam os parlamentares ingleses e o declínio do símbolo deve ter sido lento. Só para termos uma idéia, até hoje é forte naquela ilha.

Os cercamentos (1660) acabariam por inserir esse contingente oblíquo nas estatísticas do previsível, longe, portanto, das oportunidades do rei em recompor seu exército. A disputa pelo poder entre as elites desencadeou os cercamentos e os cercamentos detonaram um caos incontrolável pelas estradas, vilas e cidades.

A solução para esse caos todo, que, inclusive, contemplou a volta aos direitos consuetudinários e tradicionais (lembramos dos niveladores – palavra que significa recuar no nivelamento social, ou seja, na desigualdade imposta pelos cercamentos), foi encontrada subitamente. Continue lendo e testemunharás a inversão total da história.

Antes, contudo, uma outra provável causa que, espero, não seja completamente incompatível com a apresentada anteriormente.

#### As florestas na Inglaterra<sup>18</sup>

Mais atrasadas no desenvolvimento naval e industrial em relação aos outros países europeus, a Inglaterra utilizava menos madeira e assim possuía maiores estoques de árvores na primeira metade do século XVI. A situação começou a mudar naquela época, com o desenvolvimento da manufatura de ferro. Em 1549, havia 53 forjas funcionando em Sussex, colocando a Inglaterra na liderança da indústria de armamentos. A necessidade de combustível para alimentar a fundição causou grandes danos às florestas, o que provocou inúmeros protestos populares.

Diante desse quadro, membros do governo decidiram agir e deram entrada a vários projetos de lei no Parlamento para garantir o fornecimento adequado de madeira ao povo inglês, especialmente aos habitantes do Sul do país. Nenhum deles, no entanto, foi aprovado, aumentando o conflito entre os industriais e os cidadãos comuns a respeito do suprimento do produto. Esse problema se estenderia durante todo o reinado de Elisabeth I.

Para salvar a economia do país, a Coroa inglesa estimulou a manufatura doméstica de mercadorias até aquele momento importadas. Em pouco tempo, estabeleceu-se em Cumberland a mineração de cobre, produto utilizado em armamentos. Na Nortúmbria, desenvolveu-se um método mais simples de obter sal, que envolvia a queima do carvão para ferver a água do mar. Por volta de 1589, imigrantes protestantes iniciaram a produção de vidro e em trinta anos instalaram mais de 15 fábricas, que exigiram o corte de muitas árvores para extração do carvão vegetal.

Além disso, expandiu-se consideravelmente o programa de construção de navios: em 1592, havia 177 navios com mais de cem toneladas no país, contra 135 em 1577. Toda essa atividade industrial representava maior pressão sobre as florestas inglesas. Os proprietários de terras resolveram vender seus estoques de madeira ou usá-la na produção de ferro, entrando assim na economia de mercado. Depois do corte das árvores, não se estimulava a regeneração das

---

<sup>18</sup> Leão, Regina Machado. A floresta e o homem. São Paulo, Edusp, 2000, p.58-62,

florestas. Segundo um observador da época, “havia gente demais para destruir, mas muito poucos, ou ninguém, para plantar”.

Na verdade, a promulgação de leis de preservação não interessava aos poderosos, pois eles lucravam com a venda das árvores e o desmatamento das suas terras: o terreno limpo passava a valer mais, pois facilitava a instalação de áreas de cultivo e pastagens.

Em 1590, o agrimensor John Norden alertou que em pouco tempo só se encontraria madeira em locais muito distantes. E previu um futuro sóbrio para as próximas gerações: “Se a destruição das florestas continuar nessas proporções, nossos filhos certamente enfrentarão um enfraquecimento atroz da nossa comunidade”. No início do reinado de Jaime I, suas profecias começaram a se concretizar. No país de Gales, foi necessário utilizar cimento e pedras na construção de casas e não se conseguia achar madeira para a confecção de pisos e telhados. Mas, pior ainda foi o rigoroso inverno de 1608, que fez o povo sofrer com o frio devido à escassez de lenha para o aquecimento.

Nessa época, algumas vezes, como a do silvicultor Arthur Standish, levantaram-se em defesa das florestas inglesas. O rei Jaime ouviu esses apelos e promulgou algumas leis sobre o assunto: proibiu a queima de madeira nobre como lenha, estimulou os reflorestamentos e incentivou a construção de casas com pedras e tijolos. O soberano proibiu também o uso da madeira na produção de vidro. Apesar de todas essas idéias conservacionistas, seu extravagante estilo de vida exigia muito dinheiro e o rei foi obrigado a levantar recursos comercializando a madeira de suas propriedades.

Em 1612, ele vendeu os carvalhos da reserva de Dean, a mais valiosa do reino, ao duque de Pembroke, um dos membros do Conselho Privado. Concedeu-lhe também autorização para montar fornos e forjarias na floresta, causando grande revolta entre os habitantes da região, que dela dependiam para seu sustento. Em protesto, eles atearam fogo na madeira preparada para a indústria. O Conselho Privado logo respondeu à controvérsia, suspendendo a derrubada de árvores e cancelando o direito de arrendamento de Pembroke. O governo de Jaime foi obrigado a ceder para manter a paz social.

Assim como seu pai Jaime, o rei Carlos I vivia em dificuldades financeiras. Sabendo que a venda das florestas reais provocaria grande revolta entre seus súditos, decidiu se desfazer de pequenas parcelas de cada vez. Em 1619, não resistiu às pressões e entregou cerca de sete mil hectares da floresta de Dean a Sir John Winter.

A escassez de madeira causou um sofrimento maior à população do que em qualquer época anterior. O governo de Carlos mostrava sujeição dos nobres interesses do país ao seu poder pessoal. Nesse processo, hostilizou a maioria do povo inglês, e quando o conflito se transformou em guerra civil entre o Parlamento e seus partidários, ficou sem apoio. Logo depois, perdeu a Coroa e a cabeça.

Quando as tropas do rei tomaram New Castle, o Parlamento iniciou um boicote ao carvão vindo daquela região, prejudicando especialmente os londrinos, que passaram a derrubar qualquer árvore encontrada. Diante da destruição, o Parlamento liberou o acesso às reservas de caça do rei e de seus seguidores.

A política florestal durante o reinado da Comunidade Britânica terminou com a destruição sistemática das florestas iniciada pela dinastia dos primeiros Stuarts. As reservas florestais da Inglaterra e Irlanda reduziram-se significativamente desde a época do rei Jaime I até a coroação de Carlos II, em um período inferior a sessenta anos.

“O Parlamento liberou o acesso às reservas de caça do rei e de seus seguidores”, em decorrência dos cercamentos. Apesar do caráter economicista desse trecho apresentado acima, acredito que a convergência entre as necessidades de madeira e a questão política apresentada anteriormente não são incompatíveis, mas complementares. Portanto, essa forma de incorporação não é nem nova nem velha...é desse período.

Agora apresento uma CRONOLOGIA SÓCIO-ECONÔMICA DA INGLATERRA<sup>19</sup> na qual o leitor pode tentar adivinhar a solução para o enigma proposto acima, ou seja, quais as razões da revolução industrial:

1547 – Primeira contribuição para pobres. Medida tomada pela cidade de Londres ao proibir a mendicância.

1598-1601 – Leis conhecidas como Leis da rainha Elizabeth, codificaram medidas isoladas anteriormente.

1631 – São agregadas às Leis dos Pobres, os regulamentos para o fornecimento de cereais a baixo custo. (ver Economia Moral da Multidão, de Thompson).

1651 – É proclamada a última lei contra os cercamentos de campos.

1660 – Surgem as primeiras leis que autorizam os cercamentos, possibilitando o aumento da propriedade.

1662 – Lei de residência (*act of settlement*). Dava poder aos juízes, a pedido do encarregado de vigilância dos pobres de cada paróquia, a enviar de volta a sua paróquia, os recém-chegados. Esta lei é imediatamente posterior à guerra civil e à queda de Cromwell. Vigorou durante todo o século XVIII.

1688 – A revolução inglesa de 1688 afirmou a vitória obtida ao começarem os cercamentos, o que possibilitou avanços na exploração dos campos. Ao mesmo tempo exemplifica o fracasso da política dos Tudor de quererem dar um título jurídico e claro aos posseiros das terras. A revolução agrária avança.

1723 – Lei que facilita às paróquias instalarem “casas de trabalho” (workhouses) e colocar empresários em sua direção. A partir deste sistema, os pobres preferem abster-se a pedir ajuda dentro dos moldes das Lei dos Pobres, já que as “casas de trabalho” se transformam em centros de trabalho forçado.

1753-1757 – Greves espontâneas em diversas regiões da Inglaterra: pedreiros e carpinteiros em Manchester (1753), marceneiros, etc; cem mil marinheiros e operários do carvão vão à greve em 1756.

1782 – Leis de Gilbert, modificam a Lei dos Pobres e as “casas de trabalho” são fechadas para os homens aptos para trabalhar. Para estes o fechamento podia significar um retorno à servidão no campo, a não ser que fugissem para as cidades industriais. Aumenta o exército industrial de reserva.

1787 – O tear mecânico de Cartwright dá um golpe na prosperidade dos tecelões. Traz como consequência a concentração fabril e o aumento da produtividade. Há desemprego. Sua adoção generalizada demora uns dois anos, como consequência da crise social.

1799 – Os fiadores que usavam a Jenny em suas casas têm que dirigir-se agora às fábricas, onde se introduz a mula.

1811-1816 – Onda de destruição de máquinas: tecelões de Nottingham, Leicester e Derby, principalmente (movimento ludista).

As datas referendam enormemente esta hipótese. Que hipótese? Que as *Casas de Trabalho*, as proto fábricas da revolução industrial, foram construídas para disciplinar essa turba errante que vagava pela Inglaterra desde o fim das terras comunais. Até 1651 os cercamentos eram proibidos na Inglaterra, numa tentativa de impedir a ampliação do poder dos nobres talvez? Logo após o fim da guerra civil, são impetrados e, na seqüência, as chamadas leis de residências para o controle dos evadidos dos campos. Em 1688 está sacramentado o cercamento e soterrado o sonho dos Tudors (de retomar o velho poder real?

---

<sup>19</sup> História do movimento operário. Os destruidores de máquinas. Belo Horizonte, Ed. Vega, 1981,p.158-9.

Lembremos que, anos antes, uma das herdeiras (Lady Jane) de Henrique VIII chegou a distribuir entre os não nobres as terras e o poder real).

As *casas de trabalho* virão logo em seguida, para conter a convulsão social e disciplinar os “bandoleiros” criados pelos cercamentos.

Pergunta: por que os historiadores consideram o fator econômico<sup>20</sup> preponderante nesse caso? Porque, no tempo em que pensaram sobre isso, anacrônicos que são, o valor fundamental das relações sociais estava assentado na questão econômica. Só puderam entender o mundo por meio desse fundamento e assim o explicaram. O poder e o trabalho eram questões dadas, embora ainda não plenamente resolvidas. A dominação parecia ter sido resolvida e a exploração era o campo de batalha em que todos lutavam.

É bem verdade que o fluxo de ouro que comporia a acumulação primitiva de capitais veio dos acordos de Panos e Vinhos com Portugal.

Os historiadores contemporâneos tendem a reforçar os aspectos economicistas desse período. Ao agirem assim, desconsideram o fator que, a rigor, deveria ser o principal responsável pelas disputas estratégicas que esses reinos (de Portugal e Espanha) estavam desenvolvendo. A questão principal que marca esse período (séculos XVI e XVII) era, sem dúvida, a religiosa. Com a centralização da Igreja advinda das batalhas do concílio de Trento, com a instalação e ampliação da inquisição colocada nas mãos dos espanhóis que recentemente haviam expulsado os mouros da península e com as disputas inerentes à contra reforma católica em seu enfrentamento com os reformistas protestantes, colocaram as novas terras da América numa arena cujo fundamento era a disputa pelos destinos das almas num mundo que subitamente se alargava. O ouro resgatado por Espanha e Portugal não significou desenvolvimento e só se tornaria acumulação primitiva com os tratados de Panos e Vinhos conferindo à Inglaterra o berço do nascimento da burguesia. Já em Espanha e Portugal, esse ouro serviu para financiar sua própria extração e ornamentar Igrejas, louvando o Senhor.

De fato, a economia foi inventada sob uma equação bastante simplificada: o excedente do que se produz, ou a eventual totalidade da produção, deve ser exportada e com os recursos daí advindos, cada qual legisla segundo suas teorias mais convenientes.

Nesse sentido, e só a título de exemplo, o Brasil de Lula ainda está assentado sobre minério de ferro e soja; a Venezuela de Chaves, sobre o petróleo e a Bolívia de Morales sobre sua reserva de minérios ainda não extintos, como o gás e o lítio.

---

<sup>20</sup> Para uma percepção mais apurada da questão política, que marcou esse período, e não a econômica, bastaria uma comparação com os pensadores políticos, Maquiavel e Mazarin, dentre outros com os do período imediatamente posterior, Hobbes, Locke e Rousseau. Ou percebermos como a ciência, que nasce no século XVIII conserva suas vinculações políticas numa primazia absoluta sobre o econômico.

O discurso econômico acadêmico só existe para ocultar essa simplicidade e essa criatividade esgotada.

Ao contrário do que muitos pensam, as *Casas de Trabalho* (“Workhouses”) são os equipamentos urbanos arbitrários de internação para todos aqueles que, oriundos de uma outra realidade, devem se submeter ao mundo do trabalho:

Pessoas que estão fora da sociedade, pessoas que não pautam suas existências pelos valores constitutivos da vida social – o trabalho, a propriedade e a razão –, têm como único meio de sobrevivência atacar essa organização exterior a elas. Nesse raciocínio, a miséria sem esperança de recuperação não tem lugar. Se a pobreza fora aceita pela sociedade, mesmo representando um ônus, era porque ela figurava bolsões de resistência ainda não absorvidos pelo mundo do trabalho, mas passíveis de a ele serem introduzidos. Esses pobres não se encaixavam na figura de maus elementos, eram antes considerados pessoas que por suas fraquezas físicas e sobretudo morais não haviam ainda respondido ao chamamento do trabalho. Deles cuidava a caridade pública e privada, que também acudia à privação causada pelo desemprego temporário do trabalhador. É bem verdade que os métodos de persuasão estavam muito longe de qualquer suavidade: as Casas de Trabalho (“Workhouses”) deviam ser lugares pouco atraentes para que seus ocupantes procurassem sair de lá o mais rápido possível. Não deviam se sentir confortados em suas instalações, a vida em família e a boa refeição representavam privilégios, a merecida recompensa aos que ocupam seus dias com o trabalho produtivo. Mesmo a disciplina e a intensidade do trabalho lá dentro, deveriam ser sensivelmente mais rigorosas do que nas fábricas, de forma a atuarem como estímulo à busca de emprego. Trata-se, portanto, de uma instituição destinada a introduzir (ou a reintroduzir) seres não moralizados à sociedade do trabalho<sup>21</sup>.

Não há nenhuma razão para não entendermos essas Casas de Trabalho como a recepção e a solução encontrada pelos poderosos para a enorme convulsão que acarretou os cercamentos ingleses. Aí, a chamada revolução industrial deve ser entendida não como uma consequência natural da maior complexidade do mundo europeu, mas como uma solução de redução de humanidade para a diversidade que era o mundo antes de seu aparecimento e de sua necessidade. E, depois, como ponte para o aparecimento de um mundo unidimensional fundamentado exclusivamente no trabalho.

Esse movimento de imposição do trabalho já vinha sendo experimentado na Holanda, por essa mesma época. Em *História dos maravilhosos milagres num local chamado a Tucht-buys*, há a descrição de uma cela para a internalização arbitrária do *tripalium*:

No vestíbulo ou entrada da casa, há água corrente e, ao lado, um cômodo com duas bombas, uma fora e outra dentro. O paciente era levado para ali, de modo que, bombeando para dentro do cômodo, primeiro até os joelhos, depois até a cintura e, se ainda não estivesse preparado para dar atenção a São Pono (ou seja, para a devoção ao trabalho), até as axilas e por fim até o pescoço; então, temendo afogar-se, começava sua devoção a São Pono e se punha a bombear

---

<sup>21</sup> Bresciani, M.S.M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1992, p.44-5.

furiosamente até esvaziar o cômodo e descobrir que sua fraqueza o deixara e que tinha de confessar sua cura<sup>22</sup>.

E Marx que acreditava que o trabalho é natural-biológico!

Esteja certo incrédulo leitor: não se pode explorar sem antes dominar.

Então precisamos perguntar com urgência: PARA QUÊ SERVEM OS PATRÕES?<sup>23</sup>

Numa sociedade industrial complexa, pode o trabalho favorecer a realização dos indivíduos ou será que o preço da prosperidade material é a alienação no trabalho? Todas as discussões sobre as possibilidades de êxito de uma revolução verdadeira voltam, mais cedo ou mais tarde, a essa questão. Se a autoridade hierárquica for indispensável para atingir uma produtividade elevada, a realização no trabalho será, no máximo, o privilégio de pequena minoria e isso independente do regime social e econômico. E as satisfações dessa minoria serão sempre pervertidas pelo fato de que, salvo raríssimos casos, elas se apóiam na opressão dos outros. Mas, a organização do trabalho é determinada pela tecnologia ou pela sociedade? A autoridade hierárquica é realmente necessária para obter elevados níveis de produção? Ou será que a prosperidade material é compatível com uma organização do trabalho não-hierárquica?

Os defensores do capitalismo estão profundamente convencidos de que a hierarquia é imprescindível. O argumento último seria que a pluralidade das hierarquias capitalistas é preferível a uma hierarquia socialista única. Eles podem até apoiar-se num aliado inesperado: Friedrich Engels. Talvez sob efeito de um descuido passageiro, Engels sustentou, em determinada época, que a autoridade era tecnológica e não socialmente determinada: 'Se o homem, pelo saber e pelo gênio criador, domesticou as forças da natureza, estas últimas vingam-se dele, submetendo-o, na proporção em que ele as usa, a um verdadeiro despotismo independente de qualquer organização social. Querer abolir a autoridade na grande indústria equivale a própria indústria, a destruir o tear mecânico para retroceder à roca'. (p.39)

1. A divisão capitalista do trabalho – caracterizada pelo célebre exemplo da manufatura de alfinetes, analisada por Adam Smith – foi adotada não pela sua superioridade tecnológica, mas porque garantia ao empresário um papel essencial no processo de produção: o de coordenador que, combinando os esforços separados dos seus operários, obtém um produto mercante.

2. Do mesmo modo, a origem e o sucesso da fábrica não se explicam por sua superioridade tecnológica, mas pelo fato dela despojar o operário de qualquer controle e de dar ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir. A partir disso, o operário não é livre para decidir como e quando quer trabalhar para produzir o que lhe é necessário; mas é preciso que ele escolha trabalhar nas condições do patrão ou não trabalhar, o que não lhe deixa nenhuma escolha.

3. a função social do controle hierárquico da produção consiste em permitir a acumulação do capital. Via de regra, o indivíduo não escolhe deliberada e conscientemente economizar. Inúmeras pressões são exercidas sobre ele para levá-lo a gastar. Quando há uma economia pessoal (a da família), isso resulta de uma defasagem dos hábitos de despesa em relação ao aumento da renda, pois a despesa, como qualquer atividade, tem necessidades de ser aprendida e a aprendizagem leva tempo. Assim, a economia individual é a consequência do crescimento e não constitui uma causa independente dele. (p.41-2)

Para além do encerramento de um mundo comunal, deslocando milhares homens e mulheres de terras comuns para o lugar nenhum que se tornará o mundo fabril, em relações de há muito tecidas as alterações também estavam ocorrendo.

Enquanto isso, no interior das comunidades se consolidava a invenção da infância:

<sup>22</sup> Schama, Simon. O desconforto da riqueza. São Paulo, Cia das Letras, 1992, p.33.

<sup>23</sup> Marglin, Stephen, A. ORIGEM E FUNÇÕES DO PARCELAMENTO DAS TAREFAS, In: Gorz, André. Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista. Lisboa, Escorpião, 1976.

Assim que a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em torno de seu corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição. A Idade Média vestia indiferentemente todas as classes de idade, preocupando-se apenas em manter visíveis através da roupa os degraus da hierarquia social.

Nada, no traje medieval, separava a criança do adulto.

No século XVII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família, quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. Tornara-se hábito no século XVI vestir os meninos como meninas, e estas, por sua vez, continuavam a se vestir como as mulheres adultas. A separação entre crianças e adultos ainda não existia no caso das mulheres. Enquanto os meninos usavam esse traje feminino, dizia-se que eles estavam *à la bavette*, ou seja, eram crianças "de babador". Isto durava até por volta de quatro-cinco anos.

Os costumes, dessa época em diante, ditaram regras de vestir para as crianças, de acordo com sua idade: primeiro o vestido das meninas, e depois "o vestido comprido com gola", que também era chamado *dejaquette*.

Nos colégios, os semi-internos usavam o vestido por cima das calças justas até os joelhos. Essa diferenciação de trajes não era observada nas meninas. Estas, no momento em que deixavam os cueiros, eram logo vestidas como mulherezinhas. Contudo, ao olhar as representações de crianças do século XVII, nota-se que o traje, tanto dos meninos pequenos como das meninas pequenas, comportava um ornamento singular, que não era encontrado no traje das mulheres: duas fitas largas presas ao vestido atrás dos dois ombros, penderes nas costas.

Portanto, no século XVII e início do XVIII, essas fitas nas costas haviam-se tornado signos da infância, tanto para os meninos como para as meninas. Alguns hábitos de vestuário próprios da infância que eram adotados comumente no final do século XVI foram conservados até o fim do século XVIII.

O vestido das crianças nada mais é do que o traje longo da Idade Média, dos séculos XII e XIII, antes da revolução que o substituiu no caso dos homens pelo traje curto, com calças aparentes, ancestrais do nosso traje masculino atual. Até o século XIV, todo o mundo usava um vestido ou túnica, mas a túnica dos homens não era a mesma das mulheres. Geralmente era mais curta, ou então aberta na frente. A partir do século XIV, os homens abandonaram a túnica longa pelo traje curto e até mesmo o Colante. De fato, as pessoas respeitáveis continuaram a usar a túnica longa - respeitáveis por sua idade, ou por sua condição: magistrados, estadistas, eclesiásticos. Alguns o usam até hoje, em certas ocasiões: os advogados, os magistrados, os professores, os eclesiásticos.

O primeiro traje das crianças foi o traje usado por todos cerca de um século antes, e que num determinado momento elas passaram a ser as únicas a envergar.

Na França antiga o traje representava um capital elevado. Gastava-se muito com roupas, e, quando alguém morria, tinha-se o trabalho de fazer o inventário dos guarda-roupas.

Cada um usava o traje de sua condição social. No fim do século XVI, o costume decidiu que a criança, agora reconhecida como uma entidade separada, tivesse também seu traje particular. Na origem do traje infantil havia um arcaísmo: a sobrevivência da túnica longa. Essa tendência ao arcaísmo subsistiu: no fim do século XVIII, na época de Luis XVI, os meninos pequenos eram vestidos com golas no estilo Luís XIII ou Renascimento.

Mas, a partir do século XVII, duas outras tendências iriam orientar a evolução do traje infantil. A primeira acentuou o aspecto efeminado do menino pequeno, o menino *à la bavette*, antes do "vestido com gola", usava o vestido e a saia das meninas.

Por volta de 1770, os meninos deixaram de usar o vestido com gola aos quatro-cinco anos. Antes dessa idade, porém, eles eram vestidos como meninas, e isso continuaria até o fim do século XIX: hábito de efeminar os meninos só desapareceria após a Primeira Guerra Mundial, e seu abandono deve ser relacionado com o abandono do espartilho das mulheres. A indicação fornecida pelo traje confirma os outros testemunhos da história dos costumes: os meninos foram as primeiras crianças especializadas. Eles começaram a freqüentar em massa os colégios já no fim do século XVI e início do XVII. O ensino das meninas só se desenvolveu tarde e lentamente.

Surge um modo de vestir próprio do artesão - as calças compridas. As calças compridas há muito tempo eram o traje dos homens do mar. O uniforme recém-criado foi rapidamente adotado pelas crianças burguesas, primeiro nos internatos particulares, que se haviam tornado numerosos após a expulsão dos jesuítas, e que muitas vezes preparavam meninos para as

academias e as carreiras militares. A silhueta agradou, e os adultos passaram a vestir seus meninos com um traje inspirado no uniforme militar ou naval<sup>24</sup>.

Ouso afirmar que as relações de trabalho estavam sendo alteradas significativamente durante o século XVIII.

Robert Darnton mais que sugere essa hipótese em *O grande massacre dos gatos*:

A primeira explicação da história de Contat que, provavelmente, ocorreria à maioria dos leitores, é uma visão do massacre de gatos como um ataque indireto ao patrão e sua mulher. Contat situou o acontecimento no contexto de observações sobre a disparidade entre a sorte dos operários e a dos burgueses – uma questão de elementos fundamentais na vida: trabalho, comida e sono. A injustiça parecia especialmente flagrante no caso dos aprendizes, que eram tratados como animais, enquanto os animais eram promovidos, à revelia daqueles, para a posição que os rapazes deveriam ocupar, o lugar à mesa do patrão. Embora os aprendizes pareçam as maiores vítimas, o texto deixa claro que o ódio pelos burgueses se espalhou entre os operários: “os patrões adoram gatos; conseqüentemente (os operários) os odeiam”. Depois de liderar o massacre, Léveillé tornou-se o herói da oficina, porque “todos os operários estão unidos contra os mestres. Basta falar mal deles (os mestres) para ser estimado por toda a assembléia de tipógrafos”.

Os historiadores tendem a tratar a era da fabricação artesanal como um período idílico, antes do início da industrialização. Alguns até descrevem o pessoal da oficina como uma espécie de família ampliada, na qual patrão e empregados faziam as mesmas tarefas, comiam à mesma mesa e, algumas vezes, dormiam debaixo do mesmo teto. Será que alguma coisa aconteceu para envenenar a atmosfera das gráficas de Paris, por volta de 1740?

Durante a segunda metade do século XVII, as grandes gráficas, apoiadas pelo governo, eliminaram a maioria das oficinas menores e uma oligarquia de mestres assumiu o controle da indústria. Ao mesmo tempo, a situação dos empregados se deteriorou. Embora as estimativas variem e as estatísticas não sejam confiáveis, parece que seu número permaneceu estável: aproximadamente 335, em 1666; 339 em 1701; e 340, em 1721. Enquanto isso o número de mestres diminuiu mais da metade, de oitenta e três para trinta e seis, o limite fixado por um edito de 1686. Isto significava menos oficinas, com forças de trabalho maiores, como se pode ver nas estatísticas sobre a densidade das impressoras: em 1644, Paris tinha setenta e cinco gráficas, com um total de 180 impressoras; em 1701, tinha cinquenta e uma oficinas, com 195 impressoras. Esta tendência tornava praticamente impossível aos empregados chegarem à categoria de mestres. Quase que o único caminho para um operário progredir na profissão era casar-se com a viúva de um mestre, porque a condição de mestre tornara-se um privilégio hereditário, transmitido de marido a esposa e de pai para filho.

Os oficiais assalariados também se sentiam ameaçados de baixo, porque os mestres tendiam, cada vez mais, a contratar *alloués*, ou tipógrafos sem qualificações, que não haviam passado pelo aprendizado capaz de possibilitar ao assalariado, em princípio, alcançar a condição de mestre. Os *alloués* eram, simplesmente, uma fonte de trabalho barato, estando excluídos dos escalões superiores de profissão e fixados ao seu status inferior por um edito de 1723. A degradação já estava expressa em sua designação: eram à *louer* (para alugar), e não *compagnons* (oficiais ou assalariados) do mestre. Personificavam a tendência do trabalho para se tornar mercadoria, em vez de uma parceria<sup>25</sup>.

Destaco que não é a questão econômica que assume a primazia das ações do empresário. Antes deve se assegurar de que o controle é seu e de que o empregado está devidamente submetido.

<sup>24</sup> Ariès, Philippe. História Social da Criança e da Família. Parte I.

<sup>25</sup> Darnton, Robert. O grande massacre dos gatos. Rio de Janeiro, Graal, 2ª edição, p.107-109.

São só as idéias de quem não tem o que fazer, não esquente muito. Essas hipóteses não passam disso mesmo, hipóteses. Idéias que não querem absolutamente ficar guardadas no armário das minhas idiossincrasias.

E que parecem combinar, sem muito esforço, com as idéias de Thompson em TEMPO, DISCIPLINA DE TRABALHO E CAPITALISMO INDUSTRIAL<sup>26</sup>

“Tess começou a subir a alameda ou rua escura e torta que não fora feita para um caminhar apressado; uma rua traçada antes que pequenos pedaços de terra tivessem valor, e quando os relógios de um só ponteiro bastavam para subdividir o dia.” (Thomas Hardy) (p.267)

Também em Thomas Hardy temos um tempo de rupturas. Aqui, tanto a propriedade quanto o tempo são elementos sem importância e, para alguns, simplesmente não existem.

Para que passem a existir, é preciso planejamento e força, pois o hábito requerido pelo mundo do trabalho não se adquire voluntariamente.

Se uma máquina a vapor começasse a funcionar todas as segundas-feiras de manhã às seis horas, os trabalhadores se disciplinariam com o hábito do trabalho regular e contínuo. Também observei que as máquinas parecem inculcar o hábito do cálculo. Os trabalhadores nos Potteries eram lamentavelmente deficientes a esse respeito; viviam como crianças, sem nenhuma previsão calculada de seu trabalho ou de seu resultado. Em alguns dos condados mais ao norte, esse hábito de calcular o trabalho os tornou agudamente de muitas maneiras bem visíveis. Suas grandes sociedades cooperativas nunca teriam surgido, nem se desenvolvido de modo tão imenso e frutífero, se não fosse o cálculo induzido pelo uso da máquina. Uma máquina em operação durante tantas horas na semana produzia tantos metros de fio ou tecido. Os minutos eram experienciados como fatores influentes nesses resultados, enquanto nos Potteries as horas, ou às vezes até os dias, mal eram experienciados como fatores influentes. Havia sempre as manhãs e as noites dos últimos dias da semana, com as quais sempre se contava para compensar a perda devido à negligência do início da semana. (p.284)

E, para os fins de uma mudança paradigmática, não bastava obrigar aos adultos. Carecia bem mais que isto. As crianças, a prole de um grupo fundamental para a dominação, tinha que ser devidamente adestrada.

Havia outra instituição não industrial que podia ser usada para inculcar o ‘uso-econômico-do-tempo’: a escola. Clayton reclamava que as ruas de Manchester viviam cheias de ‘crianças vadias esfarrapadas; que estão não só desperdiçando o seu tempo, mas também aprendendo hábitos de jogo’, etc. Ele elogiava as escolas de caridade por ensinarem o trabalho, a frugalidade, a ordem e a regularidade: ‘os estudantes ali são obrigados a levantar cedo e a observar as horas com grande pontualidade’. Ao advogar, em 1770, que as crianças pobres fossem enviadas com quatro anos aos asilos de pobres, onde seriam empregadas nas manufaturas e teriam duas horas de aulas por dia, William Temple foi explícito sobre a influência socializadora do processo: ‘é considerável a utilidade de estarem constantemente empregadas, de algum modo, pelo menos durante doze horas por dia, ganham o seu sustento ou não; pois, por esse meio, esperamos que a nova geração fique tão acostumada com o trabalho constante que ele acabe por se revelar uma ocupação agradável e divertida para eles. (p.292)

---

<sup>26</sup> Thompson, E.P. COSTUMES EM COMUM. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

Uma vez internada sob vigilância, as rotinas deveriam compor um diagrama de ordenamentos que tinha como função internalizar a nova forma de trabalho.

O supervisor deve tocar o sino mais uma vez – quando, a um sinal de sua mão, toda a escola deve levantar de seus assentos; a um segundo sinal, os estudantes se viram; a um terceiro, movem-se lenta e silenciosamente para o lugar indicado onde devem recitar suas lições – ele então pronuncia a palavra ‘Comecem’. (p.293)

A seqüência de eventos sugere como hipótese que o ponto regressivo mais relevante nesse movimento foi a criação da própria máquina.

Felizmente poucos refinamentos intelectuais foram necessários para se fazer a revolução industrial. Suas invenções técnicas foram bastante modestas, e sob hipótese alguma estavam além dos limites de artesãos que trabalhavam em suas oficinas ou das capacidades construtivas de carpinteiros, moleiros e serralheiros: a lançadeira, o tear, a fiandeira automática. Nem mesmo sua máquina cientificamente mais sofisticada, a máquina a vapor rotativa de James Watt (1784), necessitava de mais conhecimentos de física do que os disponíveis então há quase um século – a teoria adequada das máquinas a vapor só foi desenvolvida *ex post facto* pelo francês Carnot na década de 1820 – e podia contar com várias gerações de utilização, práticas de máquinas a vapor, principalmente nas minas<sup>27</sup>.

A tecelagem em larga escala, característica básica da revolução industrial, não foi o resultado de condições econômicas favoráveis (matéria prima, mão de obra e mercados). O tear mecânico foi inventado para que suas engrenagens e estruturas anatômicas disciplinasse os corpos rebeldes e selvagens do *homo sacer*, com seus movimentos sincronizados e com isso integrasse esses bárbaros na civilização uniforme que se estava construindo. Desde a Jenny e seus desdobramentos técnicos (a *mula*) que passaram a compor o mobiliário das *casas de trabalho*, o objetivo do maquinismo esteve antes ligado ao adestramento e ao controle e só secundariamente vinculado ao lucro (*ex post facto*). Era, em última instância, da Economia Política que se tratava, como já havia apontado Adam Smith.

Este o ponto fundamental para o entendimento da revolução industrial. Seu caráter, seu fundamento é, antes de tudo, domínio dos corpos, sujeição e não progresso ou evolução. E, principalmente, erradicação de um modo de vida diferente. Sem ter para onde voltar, os novos trabalhadores não tinham mais saída. E das comunas passaram à pobreza.

O termo “civilização” surge exatamente quando as terras comunais são brutalmente dissolvidas.

Enquanto isso, a infância ganhava sua consolidação:

---

<sup>27</sup> Hobsbawn, E. A era das revoluções. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p.46-7.

### **Pequena Contribuição à História dos Jogos e das Brincadeiras**

Com a evolução da linguagem no século XIX, o bibelô tornou-se um objeto de salão, mas continuou a ser a redução de um objeto familiar: uma cadeirinha, um movelzinho ou uma louça minúscula, que jamais se destinaram às brincadeiras de crianças. O teatro de marionetes parece ter sido uma manifestação da mesma arte da ilusão em miniatura, que produziu as quinquilharias alemãs e os presépios napolitanos.

A boneca não se destinava apenas as meninas. Os meninos também brincavam com elas. Dentro dos limites da primeira infância, a discriminação moderna entre meninas e meninos era menos nítida: ambos os sexos usavam o mesmo traje, o mesmo vestido.

Por volta de 1600, a especialização das brincadeiras atingia apenas a primeira infância; depois dos três ou quatro anos, ela se atenuava e desaparecia. A partir dessa idade, a criança jogava os mesmos jogos e participava das mesmas brincadeiras dos adultos, quer entre crianças, quer misturada aos adultos.

Os jogos e os divertimentos formavam um dos principais meios de que dispunha uma sociedade para estreitar seus laços coletivos, para se sentir unida. Isso se aplicava a quase todos os jogos, mas esse papel social aparecia melhor nas grandes festas sazonais e tradicionais.

Como a música e a dança, as representações dramáticas reuniam toda a coletividade e misturavam as idades tanto dos atores como dos espectadores.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, estabeleceu-se um compromisso que anunciava a atitude moderna com relação aos jogos. Esse compromisso é um testemunho de um novo sentimento da infância: uma preocupação, antes desconhecida, de preservar sua moralidade e também de educá-la, proibindo-lhe os jogos então classificados como maus, e recomendando-lhe os jogos então reconhecidos como bons.

Se os jogos de azar não provocavam nenhuma reprovação moral, não havia razão para proibi-los às crianças: daí as inúmeras cenas de crianças jogando cartas, dados, gamão etc., que a arte conservou até nossos dias.

Sob as influências sucessivas dos pedagogos humanistas, dos médicos do Iluminismo e dos primeiros nacionalistas, passamos dos jogos violentos e suspeitos da tradição antiga à ginástica e ao treinamento militar, aos clubes de ginástica. Essa evolução foi comandada pela preocupação com a moral, a saúde e o bem comum.

Muitos "jogos de exercício" passariam para o domínio das crianças e do povo. Todos jogos de boliche e críquete, abandonados pela nobreza e pela burguesia, no século XIX passaram aos adultos dos campos e às crianças.

Essa sobrevivência popular e infantil de jogos outrora comuns a toda a coletividade preservou também uma das formas de divertimento mais gerais da antiga sociedade: o disfarce, a fantasia.

Os romances do século XVI ao XVIII estão cheios de histórias de disfarces: rapazes vestidos de mulher, princesas vestidas de pastoras etc. Durante muito tempo usaram-se normalmente máscaras para sair, sobretudo as mulheres. As pessoas bem nascidas gostavam de ser retratadas usando sua fantasia favorita. A partir do século XVIII, as festas à fantasia se tornaram mais raras e mais discretas na boa sociedade. O carnaval tornou-se então popular e atravessou o oceano, impondo-se aos escravos negros da América, enquanto os disfarces e fantasias foram reservados às crianças<sup>28</sup>.

O grupo humano restrito (tribo, aldeia, etc.) que habitou a terra por mais de 20 mil anos se rebelou contra o ataque surpreendente da lei.

Difíceis de ser reduzidos a “coisas”, indômitos, rebeldes, renegados, julgados por isso selvagens, tiveram de enfrentar a dupla coluna simbólica da “civilização” e embora o processo de civilizar essa gente tenha sido exaustivo e longo, diante das evidências atuais, parece não restar dúvidas de que foi bem sucedido.

<sup>28</sup> Ariès, Philippe. História Social da Criança e da Família. Parte I.

Tais questões têm importância se entendermos que na Inglaterra dos inícios do século XX o resultado da dominação havia produzido o que Jack London chamou de O POVO DO ABISMO

Surgiu uma nova raça...o povo das ruas. Passam a vida no trabalho e nas ruas. Eles têm tocas e covis para os quais rastejar na hora de dormir, e é tudo. Da calçada imunda recolham e comiam pedaços de laranja, cascas de maçã e restos de cachos de uva. Quebravam com os dentes caroços de ameixa em busca da semente. Catavam migalhas de pão do tamanho de ervilhas, miolos de maçã tão sujos e escuros que ninguém diria que eram miolos de maçã, e os dois homens punham essas coisas na boca, mastigavam e engoliam; isso entre 6 e 7 da noite de 20 de agosto, do Ano de Nosso Senhor de 1902, no coração do maior, mais rico e mais poderoso império que o mundo jamais viu. (London, Jack. O POVO DO ABISMO. São Paulo, Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2004).

Por outro lado, se pudemos presenciar todo o esforço para reduzir o homem a uma máquina de trabalho, outros movimentos ainda estavam plenamente vitalizados em permanências de mais de mil anos:

Nas décadas finais do século XII, a *Societas Mercatorum*, organização de mercadores que governava a cultura comercial de Florença por aproximadamente 100 anos, começou a se dividir em pequenos grupos: guildas, com nomes como Arte di Por Santa Maria e Arte di Calimala, foram estruturadas a partir de comércios específicos – ferreiros, agiotas, mercadores de vinho. Um grupo poucas guildas englobaram diversos grupos sob um guarda-chuva maior. Uma dessas guildas, a Arte di Por Santa Maria, incluía tanto tecelões de seda quanto joalheiros.

Sob todos os aspectos, a criação do sistema de guildas provou ser a reorganização que literalmente mudou o mundo. Os historiadores gostam de falar sobre as realizações estéticas do Renascimento, mas o sistema de guildas inventado em Florença teve tanto impacto na civilização ocidental quanto qualquer coisa sonhada por Leonardo da Vinci ou Brunelleschi. O florim de ouro, moeda corrente na Europa e, desde os dias de Roma, uma das primeiras a ser amplamente aceita. Um certo número de invenções que se tornaram essenciais para a vida comercial moderna – contabilidade com ativo-passivo, para citar uma – data da época de ouro das guildas. Se a máquina da história retomou seu curso na Itália durante os séculos XII e XIII, como se costuma dizer, as guildas foram suas turbinas.

A associação de *Por Santa Maria* recebeu esse nome por causa da rua central que vai diretamente à antiga Ponte Vecchio, a tão fotografada ponte sobre o rio Arno, abarrotada de lojas e com um corredor secreto construído para o duque florentino Cosimo I em 1565. Há registros de tecelões de seda instalando suas lojas ao longo da *Por Santa Maria* já no ano 1100, um século antes de juntarem forças com os joalheiros para formar sua associação. Mercadores do comércio de seda e outros ricos florentinos podiam passar pelas diversas lojas da *Por Santa Maria*, enquanto seus servos desciam a Ponte Vecchio para comprar a carne vendida pelos açougueiros que se instalaram na ponte nos primeiros séculos do milênio.

Ainda hoje eles estão lá. Caminhe para o norte da Ponte Vecchio em uma manhã qualquer e encontrará lojas vendendo finas sedas, algumas apregoando artigos manufaturados, como blusas e lenços, outras vendendo mercadorias não industrializadas, como faziam cerca de mil anos atrás<sup>29</sup>.

Não são só eles que anotam tais permanências. Os sopradores de vidro de Murano, em Veneza, os comerciantes em torno de *Les Halles*, em Paris, a Basílica de São Pedro, no

<sup>29</sup> Johnson, Steven. Emergência, a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e softwares. Rio de Janeiro, Zahar, 2003, p.74-5.

Vaticano, que durante mil anos fomentou uma comunidade religiosa a oeste do Tibre, ou em Paris, a margem esquerda do rio Sena fervilhando de estudantes desde que a Sorbonne foi criada em 1257.

Tais permanências são um sintoma de breve espectro da multidimensionalidade do mundo atual que não nos acostumamos a ver. Preferimos (ou fomos treinados a ver) o mundo atual e sua única possibilidade de mudança, cujo termo igualmente cunhado na modernidade é *revolução*.

Se, por um instante, nos déssemos conta da enormidade de experiências que vibram no mundo, as alternativas que permanecem ocultas, as experiências e sociabilidades que nos são apresentadas como exóticas mas que compartilham o mesmo momento, e as vezes o mesmo espaço que o nosso, então mudança teria outra conotação.

O trabalho assumiu sua função inescrupulosamente. Thomas Carlyle afirmava, em 1843, em texto intitulado *Trabalhar e não desesperar*:

Preserve o conhecimento comprovado no trabalho, pois a própria natureza confirma esse conhecimento dizendo sim a ele. No fundo, você não tem outro conhecimento a não ser aquele que foi adquirido através do trabalho, todo o resto é somente uma hipótese do saber<sup>30</sup>.

Assim, juntamente com a consolidação do *trabalho* sobre o *lavoro* também o saber, e seus ofícios, foram desaparecendo, sobrepujado pelo conhecimento: eis o grande vínculo entre o trabalho e o iluminismo, a estruturação de um conhecimento válido e aceitável cuja função era erradicar os saberes livres transmitidos pela tradição, vilipendiado pela lógica do *trabalho mental* e do *trabalho manual* como atividade separada.

Devo mencionar ainda os *ludditas*, os quebradores de máquinas, dos quais Byron foi o grande defensor. Dizia ele: “o desenvolvimento da técnica não pode levar as pessoas à miséria”. Mal sabia que era justamente essa a função do “trabalho”, e só mesmo por uma espécie de perversão teórica pode-se aceitar que os *ludditas* quebrassem as máquinas para preservar os empregos.

Não sei realmente se é necessário, mas resolvi resgatar as concepções clássica e cristã do sentido de revolução. Se não for, ignore, que pode ser só encheção de lingüiça:

Revolução é uma invenção da modernidade ocidental. Na forma como geralmente a entendemos hoje, era desconhecida no mundo antigo. O mesmo vale para a Idade Média européia e os primeiros tempos do período moderno. Foi apenas no século XVIII, com as revoluções Francesa e Americana que a palavra “revolução” adquiriu sua moderna conotação de mudança ampla e profunda.

---

<sup>30</sup> Grupo Krisis. Manifesto contra o trabalho. São Paulo, Conrad, 2003, p.78.

Os antigos gregos certamente tinham sua cota de violência política, mas eles não tinham nenhuma palavra para revolução, nada que realmente corresponda ao nosso moderno entendimento do termo. As expressões mais comuns, usadas tanto por Tucídides quanto por Aristóteles, são *metábole politeias* (mudança de constituição) e *metábole kai stasis* (mudança com revolta, sublevação ou devido a conflitos).

Na República, Platão usa apenas *metábole* (mudança) ou, ocasionalmente, frases como *neoterizein ten politeiam* usualmente traduzida como “revolucionar (ou renovar) o estado”. Mas essa tradução, com sua conotação de propósito e novidade, é enganosa. No livro VIII da República, Platão discute o inevitável declínio do estado ideal, que migraria primeiro para uma *timocracia*, depois para uma oligarquia, uma democracia e finalmente uma tirania. Neste padrão altamente determinista não há lugar para as mudanças conscientemente direcionadas que nós associamos com revolução.

O problema é basicamente de tradução. *Stasis*, por exemplo, é geralmente interpretada pelos tradutores modernos como revolução. Assim, o livro V da Política de Aristóteles é geralmente visto como uma discussão sobre as causas da revolução, enquanto Tucídides, em várias partes da Guerra do Peloponeso, é reportado como tendo fornecido uma brilhante narrativa da condição revolucionária das cidades-estado gregas no tempo de guerra (ex. 8-5 “Praticamente todo mundo Helênico estava em convulsão... A revolução explodia em cidade após cidade”).

O problema é que assim como Platão não está falando de revolução, mas de mudanças pré-determinadas no ciclo político, Aristóteles e Tucídides também não estão falando de revolução, mas de facções, partidos e dos violentos conflitos que surgem entre eles.

A palavra “revolução” desceu do céu para adentrar a política terrena. A astrologia forneceu o atalho. A palavra “revolução” (de revolver) aparece no latim tardio. Santo Agostinho de Hippo (354 – 430) usava o termo para se referir à migração das almas. Ele então veio a ser aplicado às revoluções dos céus, à rotação dos planetas e estrelas bem como às suas órbitas fixas. O uso no sentido astronômico, como no *De revolutionibus orbium coelestium* (1543), de Copérnico, predominou até o século XVII. Mas antes disso ele já vinha sendo aplicado à sociedade humana devido a um pensamento astrológico largamente difundido de influência das estrelas na vida dos homens.

A concepção astronômica de mudança política dominou os usos do termo revolução do século XIV até o século XVI. As *revoluzioni* das cidades do norte da Itália durante o século XIV – quando o termo entrou no vocabulário político pela primeira vez para denotar uma violenta mudança política – foram vistas na concepção cíclica derivada da antiguidade clássica. Mais comumente revolução foi usada no sentido de restauração, de retorno a um mais verdadeiro, puro ou original estado das coisas. Este foi o sentido de seu uso em relação às revoltas pró e anti Médicis em Florença nos anos de 1494, 1512 e 1527. Geralmente *revoluzioni* foi o termo usado pelos observadores de então.

Significado similar teve o termo *révolution* para descrever a conversão ao catolicismo do rei francês Henrique IV, em 1593, o que desarmou seus inimigos, a Liga Católica, que sofreu inúmeras baixas. Foi dito que Henrique IV conseguiu uma incrível reviravolta na Roda da Fortuna e ao mesmo tempo restaurou a antiga condição saudável do reino. Nesse final do século XVI fica clara a persistência de um conceito de revolução onde a idéia de novidade (no sentido de uma nova situação política) está ausente<sup>31</sup>.

Talvez, a melhor definição de Revolução tenha sido cunhada pelo grande Sergio Leone, aquele diretor de cinema italiano dos anos 1970, quando, em seu filme *Quando explode a vingança* (1972), sobre a Revolução Mexicana, coloca, na boca de seu personagem mais marcante, o seguinte diálogo:

- *Esse é o seu país! (afirma o revolucionário irlandês)*
- *Meu país é minha família! (responde o bandoleiro)*
- *Mas isto é uma revolução! (torna o revolucionário)*

<sup>31</sup> Fonte: Science Encyclopedia. Verbete: Revolution – Classical and Christian Conceptions, p. 11147.  
Site: <http://science.jrank.org>

*- Sei tudo sobre revoluções e como elas começam. Gente que lê livros vai atrás de quem não lê, gente pobre, e diz que chegou a hora de haver mudanças! Sei o que estou dizendo quando falo de revoluções. Gente que lê livros procura os que não sabem ler, gente pobre, e diz: “tem que haver mudanças”. E a gente pobre faz as mudanças, heim? Aí, os que lêem livros se sentam em grandes mesas lustrosas e falam, falam, comem e comem. Mas o que acontece com os pobres? Eles estão mortos! Essa é a sua revolução! Por isso, por favor, não me fale de revoluções. E o que acontece depois? A mesma podridão de antes!*

O conceito problemático de revolução é uma das grandes sacadas da ideologia. Verdadeiro sentido da caixa de Pandora, a revolução é uma idéia cujas promessas jamais se realizarão, pois que guarda em si todas as formas de conservação da ordem, da hierarquia, da organização. O que prevalece pela força se mantém pela força. Nela se disputa o poder, mas ninguém questiona o poder, ele prevalece.

Gandhi talvez tenha sido um dos poucos que sentiram os limites da revolução e, talvez por isso mesmo, tenha optado por ações pacifistas. Suas caminhadas pela busca do sal e para a tessitura de suas próprias roupas, desde a fiação, foram de uma clarividência a toda prova. Contudo, quando as elites indianas perceberam o caminho que ele estava tomando, e principalmente Nheru, utilizaram toda mobilização que havia sido estimulada por ele para frear seu movimento autonomista.

Marx afirmará que os filósofos haviam desperdiçado enorme e importante tempo tentando interpretar os fenômenos sociais. Era chegada a hora de transformar a sociedade pela via revolucionária.

Na astronomia, “revolução” se refere a uma volta ao mesmo lugar. Para a esquerda, parece significar mais ou menos a mesma coisa. O esquerdismo é literalmente reacionário. Assim como os generais estão sempre uma guerra atrasados, os esquerdistas eskão sempre em busca de uma revolução. Eles a vêem como benvinda porque sabem que já nasceu fracassada. São vanguardistas porque estão sempre atrás de seu tempo. Como todos os líderes, os esquerdistas são menos intragáveis quando seguem seus seguidores, mas, em certas crises, eles tomam a frente para fazer o sistema funcionar. Se a metáfora esquerda/direita tem algum significado, ele só pode ser que a esquerda fica à esquerda da mesma coisa da qual a direita fica à direita<sup>32</sup>.

Mas isso é sobre outro tipo de revolução que ainda virá. Todavia, podemos indagar: quem são esses pobres de que fala o bandoleiro de Leone?

Outro aspecto desta guerra e de qualquer guerra a partir de agora: por detrás da violência armada, do antagonismo homicida dos adversários – que parece uma questão de vida ou de morte, que se joga como tal (senão já não se poderia mandar as pessoas arriscar a pele neste tipo de coisas), por detrás deste simulacro de luta de morte e de disputa mundial impiedosa, os dois adversários são fundamentalmente solidários contra uma outra coisa, inominada, nunca dita,

<sup>32</sup> Black, Bob. Groucho-marxismo. São Paulo, Conrad, 2006, p.57.

mas cujo resultado objetivo da guerra, com a mesma cumplicidade dos dois adversários, é a liquidação total das estruturas tribais, comunitárias, pré-capitalistas, todas as formas de troca, de língua, de organização simbólica; é isso que é preciso abolir; é o aniquilamento de tudo isso o objetivo da guerra – e esta no seu imenso dispositivo espetacular de morte, não é senão um media deste processo de racionalização terrorista do social – o aniquilamento sobre o qual se vai poder instaurar a sociabilidade, sendo indiferente a sua obediência, comunista ou capitalista. Cumplicidade total ou divisão do trabalho entre dois adversários (que podem mesmo, para o conseguir, fazer sacrifícios enormes) com o mesmo fim de aviltamento e de domesticação das relações sociais<sup>33</sup>.

Podemos afirmar que a ruptura do mundo imposta pelo *tripalium* foi uma revolução? Se o foi, devemos primar pelo seu sentido cíclico, pois o termo “trabalho” como *tripalium* (tortura, hierarquia, submissão, exploração) foi arremessado a todos os passados e naturalizou-se na trajetória humana. É equivocado, portanto, denominar de Revolução Industrial tal fenômeno no sentido que comumente é aplicado, exceto se quisermos aceitar que o *tripalium* é o avatar de um novo tempo e uma ruptura em relação ao *lavoro*. Aí a mudança foi brutal e verdadeiramente revolucionária e inaugurou novíssimas relações sociais, sobremaneira injustas.

Seu apelo violento jamais se ocultou totalmente. Lembro vividamente do operário chapliniano de *Tempos Modernos*. Aquele vagabundo tinha muito (e ainda) dos primeiros homens que sentiram o peso da maldição do trabalho moderno. A minha memória também parece ser atávica, pois sinto todas as dores do desencanto depois de um dia de trabalho duro, que não oculta um dia sequer a humilhação, a hierarquia e a exploração de sua natureza. Um dia sequer.

Enquanto isso, a infância:

#### **Do Despudor à Inocência**

Uma das leis não escritas de nossa moral contemporânea, a mais imperiosa e a mais respeitada de todas, exige que diante das crianças os adultos se abstenham de qualquer alusão, sobretudo a assuntos sexuais. Esse sentimento era totalmente estranho à antiga sociedade.

A educação praticamente só começava depois dos sete anos. E esses escrúpulos tardios de decência devem também ser atribuídos a um início de reforma dos costumes sinal da renovação religiosa e moral do século XVII. Era como se o valor da educação começasse apenas com a aproximação da idade adulta.

A prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum. O respeito devido às crianças era então (no século XVI) algo ignorado. Os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas; elas ouviam e viam tudo.

Esse habito de brincar com o sexo das crianças pertencia a uma tradição muito difundida, que hoje em dia ainda encontramos nas sociedades muçulmanas. Essas sociedades se mantiveram alheias não apenas ao progresso científico, mas também à grande reforma moral, inicialmente cristã e a seguir leiga, que disciplinou a sociedade aburguesada do século XVIII e sobretudo do século XIX, na Inglaterra e na França.

---

<sup>33</sup> Baudrillard, Jean. Simulacros e simulação. Lisboa, Antropo, 1991, p.53.

É notável, também, a frequência com que aparece nessa época uma outra cena da iconografia religiosa, a circuncisão. A circuncisão é representada com precisão quase cirúrgica, mas não devemos ver aí nenhuma malícia.

Ainda não existia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais, mesmo que despojadas na prática de segundas intenções equivocadas, pudessem macular a inocência infantil. Na realidade, não se acreditava que essa inocência realmente existisse.

Mas no fim do século XVI uma mudança muito mais nítida teve lugar. Certos educadores, que iriam adquirir autoridade e impor suas concepções, passaram a não tolerar que se desse às crianças livros duvidosos.

Uma noção essencial se impôs: a da inocência infantil. De fato, foi nessa época que se começou realmente a falar na fragilidade e na debilidade da infância. Antes, a infância era mais ignorada, considerada um período de transição rapidamente superado e sem importância.

Alguns princípios gerais decorrentes dessa doutrina figuravam como lugares-comuns na literatura da época. Por exemplo, não se deve nunca deixar as crianças sozinhas: este princípio remontava ao século XV, e se originava na experiência monástica, mas só começou realmente a ser aplicada no século XVII.

"E preciso vigiar as crianças com cuidado, e jamais deixá-las sozinhas em nenhum lugar, estejam elas sãs ou doentes". Mas "é preciso que essa vigilância continua seja feita com doçura e uma certa confiança, que faça a criança pensar que é amada, e que os adultos só estão a seu lado pelo prazer de sua companhia. Isso faz com que elas amem essa vigilância, em lugar de temê-la .

O segundo princípio rezava que se deveria evitar mimar as crianças, habituando-as desde cedo à seriedade.

Terceiro princípio: o recato, a "grande modéstia" do comportamento. Uma verdadeira campanha de propaganda tentava extirpar o hábito de deitar várias crianças na mesma cama. Uma outra recomendação reaparece muitas vezes na literatura pedagógica, preocupada com a "modéstia": não deixar as crianças na companhia de criados. Essas pessoas, para se insinuar e garantir um lugar no espírito das crianças, em geral só lhes contam bobagens e só lhes inspiram amor ao jogo, ao divertimento e à vaidade.

A insistência dos moralistas em separar as crianças desse mundo diverso dos criados mostra o quanto eles estavam conscientes dos perigos que apresentava essa promiscuidade das crianças com os criados. Os moralistas queriam isolar a criança para preservá-la das brincadeiras e dos gestos que então passaram a ser considerados indecentes.

O quarto princípio era apenas uma outra aplicação da preocupação com a decência e com a "modéstia": extinguir a antiga familiaridade e substituí-la por uma grande reserva nas maneiras e na linguagem, mesmo na vida quotidiana. Essa política se traduziu pela luta contra o emprego do pronome tu.

O sentido da inocência infantil resultou portanto numa dupla atitude moral com relação à infância: preservá-la da sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada - quando não aprovada - entre os adultos; e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão. Pode parecer que existe aí uma contradição, pois de um lado a infância é conservada, e de outro é tornada mais velha do que realmente é. Mas essa contradição só existe para os homens do século XX. Nosso sentimento contemporâneo da infância caracteriza-se por uma associação da infância ao primitivismo e ao irracionalismo ou prélogismo.

A partir do início do século XVII, a pintura, a gravura e a escultura religiosas passaram a dar uma grande importância à representação do menino Jesus isolado, e não mais junto da Virgem ou no meio da Sacra Família.

Na Idade Média, não existiam festas religiosas da infância além das grandes festas sazonais, mais pagãs do que cristãs. Mas essas festas do Antigo Testamento, não podiam mais desempenhar o mesmo papel na vida religiosa real. A primeira comunhão iria tornar-se progressivamente a grande festa religiosa da infância, e continuaria a sê-lo até hoje. Hoje em dia a primeira comunhão substituiu as antigas festas folclóricas abandonadas. A partir de meados do século XVIII, criou-se o hábito de perpetuar sua lembrança através de uma mensagem inscrita numa imagem devota. Tratava-se de um certificado inspirado nos atos oficiais da Igreja Católica.

A cerimônia da primeira comunhão tornou-se a manifestação mais visível do sentimento da infância entre o século XVII e o fim do século XIX: ela celebrava ao mesmo tempo seus dois

aspectos contraditórios, a inocência da infância e sua apreciação racional dos mistérios sagrados<sup>34</sup>.

Sua natureza hierárquica não está descolada de outro drama hoje imperceptível.

Tenho em mãos um relatório do Instituto Observatório Social que trás a seguinte informação estampada na capa:

Quase 500 mil pessoas morrem anualmente no Brasil por causa de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. No mundo o número chega a cinco mil mortes por dia. Indústria, serviços e agricultura são os setores mais perigosos<sup>35</sup>.

Fora os transtornos mentais, o alcoolismo crônico, a neurastenia, que está intimamente ligada a operários que fazem trabalhos repetitivos, a síndrome da fadiga ou fadiga patológica e o *Burn Out*, ou síndrome do esgotamento profissional. E ainda tenho a coragem de afirmar que hoje não há mais luta de classes no âmago do capitalismo. Eis as suas vítimas. E no entanto, elas tudo farão para manter o seu estilo de vida. Trabalharão redobradas para honrar a prestação do televisor novo, da geladeira plus, do liquidificador top.

A despeito de tudo o que foi relatado até aqui, o trabalho está sendo estruturalmente desmontado, pois seu período de naturalização já expirou. Agora podem erradicá-lo ou, na melhor das hipóteses, com ele assistirem um residual contingente humano enquanto o restante deve contentar-se com o papel de consumidores ocasionais:

Em particular, isso vale para a reivindicação de renda mínima ou de dinheiro para subsistência. Em vez de ligar lutas sociais concretas defensivas contra determinadas medidas do regime de *apartheid* com um programa geral contra o trabalho, essa reivindicação pretende construir uma falsa universalidade de crítica social, que se mantém em todos os aspectos abstrata, desamparada e imanente ao sistema. A concorrência social de crise não pode ser superada assim. De uma maneira ignorante, continua-se a pressupor o funcionamento eterno da sociedade global do trabalho; pois de onde deveria vir o dinheiro para financiar a renda mínima garantida pelo Estado senão dos processos de valorização bem-sucedidos? Quem conta com este “dividendo social” (o termo já explica tudo) precisa apostar, ao mesmo tempo, e disfarçadamente, na posição privilegiada de “seu próprio país” na concorrência global, pois só a vitória na guerra global dos mercados poderia garantir provisoriamente o alimento de alguns milhões de “supérfluos” na mesa capitalista – obviamente excluindo todas as pessoas sem carteira de identidade nacional.

Os reformistas amadores da reivindicação de renda mínima ignoram a constituição capitalista da forma-dinheiro em todos os aspectos. No fundo, entre os sujeitos do trabalho e os sujeitos do consumo de mercadorias capitalistas, eles apenas querem salvar estes últimos. Em vez de por em questão o modo de vida capitalista em geral, o mundo continuaria, apesar da crise do trabalho, a ser enterrado debaixo de uma avalanche de latas fedorentas, de horrorosos blocos de concreto e do lixo de mercadorias inferiores, para que aos homens restasse a última e triste liberdade que eles ainda podem imaginar: a liberdade de escolha ante as prateleiras do supermercado.

<sup>34</sup> Ariès, Philippe. História Social da Criança e da Família. Parte I.

<sup>35</sup> Revista do Instituto Observatório Social. Outubro 2006, nº 11. São Paulo.

Mas mesmo essa perspectiva triste e limitada é totalmente ilusória. Seus protagonistas esquerdistas e analfabetos teóricos esqueceram que o consumo capitalista de mercadorias nunca serve simplesmente para a satisfação de necessidades, mas tem sempre apenas uma função no movimento de valorização. Quando a força de trabalho não pode mais ser vendida, mesmo as necessidades mais elementares são consideradas pretensões luxuosas e desavergonhadas, que deveriam ser reduzidas ao mínimo. E, justamente por isso, o programa de renda mínima funciona como veículo, isto é, como instrumento da redução de custos estatais e como versão miserável da transferência de riqueza social, que substitui os seguros sociais em colapso. Nesse sentido, o guru do neoliberalismo, Milton Friedman, originalmente desenvolveu a concepção da renda mínima antes que a esquerda desarmada a descobrisse como a pretensa âncora de salvação. E com esse conteúdo ela será realidade – ou não<sup>36</sup>.

Ainda assim, o trabalho é uma arena e o sistema ainda consegue torná-lo uma honra. Até parece um redivivo cavaleiro medieval a defender as cores da dama do torneio.

Que autor de ficção científica teria “imaginado” (mas precisamente isto já não se “imagina”) essa “realidade” das fábricas-simulacros oeste-alemãs, fábricas que reempregam os desempregados em todas as funções e em todos os postos do processo de trabalho tradicional, mas que não produzem nada, cuja atividade total se esgota no jogo de mandos, de concorrência, de escritas, de contabilidade, de uma fábrica para outra, no interior de uma vasta rede? Toda a produção material duplicada no vácuo (uma destas fábricas-simulacros chegou mesmo “realmente” a abrir falência, desempregando uma segunda vez os seus próprios desempregados)<sup>37</sup>.

Enquanto isso:

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças. Corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem.

Essa evolução terminou por dar à criança - ao menos onde esse sentimento aflorava, ou seja, nas camadas superiores da sociedade dos séculos XVI e XVII - um traje especial que a distinguiu dos adultos.

É entre os moralistas e os educadores do século XVII que vemos formar-se esse outro sentimento da infância que inspirou toda a educação até o século XX, tanto na cidade como no campo, na burguesia como no povo. O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral.

O primeiro sentimento da infância - caracterizado pela "paparicação" - surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes.

No século XVIII, encontramos na família esses dois elementos associados a um elemento novo: a preocupação com a higiene e a saúde física.

Tudo o que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação - a criança havia assumido um lugar central dentro da família<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> Grupo Krisis. Manifesto contra o trabalho. São Paulo, Conrad, 2003, p.84-6.

<sup>37</sup> Baudrillard, J. Simulacros e simulação. Op.cit., p.156-7.

<sup>38</sup> Ariès, Philippe. História Social da Criança e da Família. Parte I.

O trabalho é uma condenação bíblica. Adão perdeu o direito de viver colhendo o leite, o mel e o vinho que brotava generosamente na natureza amigável e, por conta do conhecimento que provou, teve que ganhar a sua vida com o suor do seu rosto.

Esse processo percorreu o mundo todo depois da invenção do tripalium. No Brasil, exemplo dessa transição que está sempre se refazendo é Wilson Batista:

Sambista e cronista arguto, ainda que não tocasse instrumento musical (usava uma caixa de fósforos) e fosse quase um analfabeto, Wilson Batista compreendeu seu tempo de forma muito particular. Quando viver de música não era considerado necessariamente trabalho, fez apologia da malandragem e da vadiagem. O trabalho era, para ele, motivo de descrédito:

“Você conhece o pedreiro Waldemar? (...) Faz tanta casa e não tem onde morar”.

Aos 15 anos, mudou-se de Campos (RJ) para a capital. Conheceu a Lapa e a praça Tiradentes. Conviveu com malandros, boêmios; frequentou bares e cabarés enfumaçados. Colheu o material para seus sambas entre brigas, drogas e trapaças. Por mais de uma vez foi preso. Antecipou temas proscritos nas músicas de então. Em *Chico Brito*, torna-se o primeiro sambista a falar da maconha (“Valente no morro/ dizem que fuma uma erva do norte”) e mais adiante revela uma concepção “rousseauniana” da vida: “Se o homem nasceu bom/ E bom não se conservou/ A culpa é da sociedade que o transformou”.

Ficou conhecido pela polêmica musical com Noel Rosa, em que cada um defendia suas teses sobre a malandragem e o samba. Com o governo estadonovista, o malandro como o estereótipo de antitrabalhador passou a ser perseguido. Mas Wilson não via vantagem em brigar com a “justa” e, com Ataulfo Alves, fez o samba em que homenageia (?) o trabalhador. *O bonde de São Januário*, que, junto com *Lenço no Pescoço*, mostra visões dispares de duas fases distintas do polemista. São dois exemplos do bom malandro que sabia arrastar o seu tamanco e chacoalhar no bonde como e quando lhe convinha<sup>39</sup>.

*Lenço no Pescoço*

Meu chapéu do lado  
Tamanco arrastando  
Lenço no pescoço  
Navalha no bolso  
Eu passo gingando  
Provoco e desafio  
Eu tenho orgulho  
Em ser tão vadio  
Sei que eles falam  
Deste meu proceder  
Eu vejo quem trabalha  
Andar no misere  
Eu sou vadio  
Porque tive inclinação  
Eu me lembro, era criança  
Tirava samba-canção

*O Bonde de São Januário*

Quem trabalha  
É quem tem razão  
Eu digo  
E não tenho medo  
De errar  
O Bonde de São Januário  
Leva mais um operário

<sup>39</sup> Sobral, João Jonas Veiga. O malandro dialético. In: Revista Língua Portuguesa. Ano 5, nº 59, Setembro de 2010, p.34-5. WWW;revistalingua.com.br.

Sou eu  
 Que vou trabalhar  
 Eu não tinha juízo  
 Mas hoje  
 Eu penso melhor  
 No futuro  
 Graças a Deus  
 Sou feliz  
 Vivo muito bem  
 A boemia  
 Não dá camisa  
 A ninguém  
 Passe bem

O trabalho continua a matar miseravelmente seus usuários, lentamente, dolorosamente, em agonia. Uma guerra civil silenciosa produzindo vítimas que não sabem que o são e assassinos que não se importam. É irrelevante que o sintam como *tripalium* ou como *lavoro*?

Leio num jornal velho algo que creio valer a pena reproduzir por aqui:

Vantagens do turismo temporal: no romance histórico, o passado é vivido como uma aventura já consumada e inofensiva<sup>40</sup>.

Como a história, enquanto saber ou discurso, é feita de palavras, a palavra, enquanto significado, na sua essência portanto, é feita de história. Significados antigos podem ser totalmente esquecidos. Um exemplo: *catástrofe* hoje não significa mais que desastre ou desgraça. Algo muito diverso da “katá strophé” dos trágicos gregos. Então, significava retorno, reordenação. No final da peça, um deus ou um personagem apontava o destino ulterior dos personagens: desgraça e vergonha para os vilões, honra e glória para os heróis e mártires.

A “katá strophé” era o retorno à serenidade após as emoções intensas do “pathos”. Uma reordenação de fatos e personagens numa harmonia racional, sublimada. Que abolia as ansiedades e emoções que a tragédia suscitara.

*Catástrofe ou “kata strophé”: tripalium ou lavoro?*

---

<sup>40</sup> Isaias Pessoti. In: Jornal Folha de São Paulo, Caderno Mais, 11/set/1994, p.6-6.